



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

4th MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO 30 - Nº 566 - DE 3 A 17 DE JUNHO DE 2018 - R\$ 4,00

Ditadura civil de Temer acionou as Forças Armadas contra os piquetes dos caminhoneiros. TST decretou ilegal a greve dos petroleiros. Impôs multa milionária aos sindicatos

Encerrada a paralisação nacional dos caminhoneiros. Suspensa a greve nacional dos petroleiros. Metalúrgicos da Mercedes retornaram ao trabalho. O custo de vida pesa sobre a maioria explorada. O desemprego e subemprego não dão trégua
Os capitalistas preparam uma nova ofensiva contra a vida dos oprimidos

Operários, camponeses e juventude oprimida, não baixemos nossas bandeiras de luta

Que a burguesia pague por sua própria crise. Rechacemos o eleitoralismo. Reorganizemos o movimento nacional contra os exploradores e seu governo. Pelo salário mínimo vital de R\$ 5.000,00. Reajuste dos salários de acordo com a elevação do custo de vida – escala móvel de reajuste. Emprego a todos, redução da jornada sem reduzir os salários – escala móvel das horas de trabalho. Pela revogação da reforma trabalhista e da Lei da Terceirização. Pela retirada definitiva da reforma da previdência. Que as centrais e sindicatos iniciem uma campanha para derrubar a lei antigreve. Não às privatizações! Reestatização da Petrobras e de todas as estatais privatizadas, sob o controle operário. Em defesa da economia nacional contra o saque imperialista

Operários, camponeses e juventude oprimida, organizemos a frente única anti-imperialista

Lutemos para acabar com o capitalismo apodrecido

**Nossa força se encontra no programa da revolução e ditadura proletárias
Organizemos o Partido Operário Revolucionário, como parte da reconstrução do
Partido Mundial da Revolução Socialista, a IV Internacional**

A burguesia deve pagar por sua própria crise

Passado o furacão da paralisação dos caminhoneiros e fracassada a farsa da greve dos petroleiros, o governo e porta-vozes dos capitalistas fazem as contas bilionárias dos prejuízos e dos custos do subsídio ao diesel e outras concessões. A conclusão é que, no final de tudo, a população arcará com as despesas na forma de repasse aos preços e de redução no orçamento da União.

O governo já anunciou novos cortes na saúde, educação, moradia e saneamento. A transferência de recursos dos gastos sociais comporá os R\$ 13,5 bilhões de subsídios, segundo os cálculos dos ministérios. A campanha do governo e da fração capitalista que se opôs às concessões é que os empresários e autônomos dos transportes de cargas foram os beneficiados, mas em detrimento do conjunto da sociedade.

O maior ressentimento, de fato, não é com o montante de subsídios, que representa pouco, se comparado com os bilhões despendidos com juros e amortizações da dívida pública e com os bilhões de dívida empresarial por sonegação de impostos. O maior ressentimento é com a ousadia dos capitalistas das transportadoras e dos autônomos de parar o País e pôr o governo Temer de joelhos.

A paralisação com bloqueios foi uma ação política que serve de exemplo de como a classe operária deve agir, quando decidir enfrentar a burguesia e seu governo com a greve. É claro que, como parte do poder econômico, os empresários dos transportes, muito mais do que os autônomos, têm enorme vantagem.

A ditadura civil de Temer, apesar de recorrer às Forças Armadas, evitou o confronto. Optou por negociar e negociar, até convencer os empresários de que havia chegado ao máximo de concessão possível. A parcela mais radicalizada dos autônomos viu que seus ganhos seriam pequenos, mas tiveram de, finalmente, ceder.

A greve dos petroleiros, por sua vez, nasceu morta. Foi decretada depois que a resistência dos caminhoneiros se esgotava e quando o governo tomava as rédeas da situação. A burocracia sindical, vinculada ao reformismo, mostrou o quanto é irresponsável e leviana. Procurou usar a crise aberta pela paralisação dos caminhoneiros para fazer campanha

eleitoral em torno da bandeira de “Lula, Livre”. A greve fajuta dos petroleiros foi o desfecho dessa contabilidade oportunista.

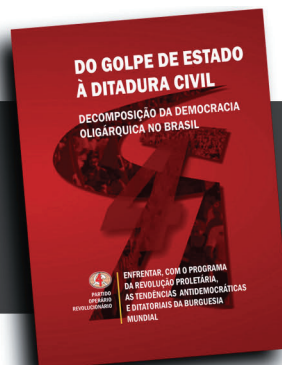
A burocracia da FUP e dos seus sindicatos teve a desfaçatez de se valer da bandeira popular de redução do preço do gás de cozinha e da bandeira eleitoral de demissão de Pedro Parente, vinculando-as indevidamente, para fazer apelo ao direito de Lula de se candidatar e promover a defesa estratégica da democracia burguesa. A subordinação da greve aos objetivos político-eleitorais do PT e PCdoB somente poderia resultar em debilidade diante do governo; e fracasso diante da expectativa da classe operária.

Era esperada uma dura reação do governo, da burguesia e das instituições estatais. Antes mesmo do início da greve, o Tribunal Superior do Trabalho decretou sua ilegalidade e impôs a multa diária de R\$ 500 mil. Em seguida, a Advocacia Geral da União (AGU) exigiu sua elevação. A juíza Assis Calsing a elevou para R\$ 2 milhões diários. Os burocratas da FUP se apoiaram principalmente nesse fato para suspender a greve, que já era por tempo determinado.

A greve dos petroleiros tinha tudo para projetar a classe operária na situação de crise política. Por essa via, abria-se caminho para o retorno dos combates às reformas antinacional e antipopular de Temer. E para se retomar a greve geral de 28 de abril do ano passado. A impostura da direção sindical dos petroleiros compareceu como um obstáculo à luta independente dos explorados. Esse é um dos grandes motivos por que a burguesia não paga por sua própria crise, descarregando-a sobre as massas.

Tudo indica que a crise econômica está longe de ser superada. Os trabalhadores terão de voltar à luta unificada. Estarão, no entanto, nos próximos meses, envolvidos pela disputa eleitoral. De um lado, crescerão as pressões da burguesia para canalizar o descontentamento dos oprimidos para as urnas. De outro, crescerá ainda mais a necessidade de reagirem ao empobrecimento com suas reivindicações e métodos próprios de combate. Cabe à vanguarda manter em pé o programa de reivindicações e trabalhar pela organização independente dos explorados.

DO GOLPE DE ESTADO À DITADURA CIVIL
—
**DECOMPOSIÇÃO DA DEMOCRACIA
OLIGÁRQUICA NO BRASIL**



R\$ 35

**ADQUIRA
COM NOSSO
DISTRIBUIDOR
DE MASSAS**

A marcha da crise política

A greve dos caminhoneiros foi o ponto mais alto da crise do governo Temer. Distinguiu-se da que o levou a responder à denúncia do Ministério Público por corrupção. Distanciou-se ainda mais dos abalos iniciais de seu governo, quando vários ministros foram afastados sob as mesmas acusações. Os tremores na governabilidade, causados pelas revelações da Operação Lava Jato e pelos seguidos processos judiciais, se deram no âmbito das instituições estatais. A classe média não se dignou a sair às ruas. E os representantes da política burguesa nada fizeram para pôr em pé a base social que serviu ao golpe de Estado. Assim, a crise política provocada pelas revelações das bandidagens se esgotou no Congresso Nacional, que é a maior das maiores covas de ladrões. A classe média amparou a derrubada do governo de Dilma Rousseff. Logo se indignou com o que viu sobre o novo governo. Mas já não podia fazer nada, uma vez que Temer era o seu governo. Não havia como voltar às ruas como fez em julho de 2013 e em 2016, nesse momento, movida por uma definida bandeira, que era a do impeachment.

A crise política provocada pela greve dos caminhoneiros tem outra dimensão. Não deixa de ter ligação com a desmoralização de Temer. Está aí por que em meio ao movimento dos caminhoneiros se levantou o estandarte da direita contra a corrupção e pela volta dos militares. Engana-se, porém, quem entende que esse foi o motivo da paralisação. Está mais do que claro que a bandeira contra a corrupção não foi senão uma sombra da crise anterior. O poderoso movimento de bloqueio nacional desencadeou-se em razão da crise econômica. A substituição do governo eleito por um governo imposto pelo golpe de Estado, portanto, por uma ditadura civil, tinha por função reerguer a economia, reanimar os negócios, favorecer de conjunto as frações capitalistas e proteger em geral a lucratividade.

A tese de que se retornava às leis do mercado - de que assim a economia nacional se livraria da camisa de força do corporativismo, do estatismo, do protecionismo e do compadrio e, finalmente, de que o País voltaria a crescer, os empregos retornariam a patamares elevados, etc. - se espatifou. O ajuste fiscal e o equilíbrio monetário almejado pelo ministro da Fazenda esbarraram nas tendências objetivas da crise mundial e nacional. A reforma trabalhista e a Lei da Terceirização protegem os capitalistas, mas não se convertem em fatores de crescimento econômico e, assim, potenciam ainda mais a crise social. O ajuste fiscal tem por centro gravitacional a gigantesca dívida pública, que acaba de ultrapassar os R\$ 5 trilhões (75,9% do Produto Interno Bruto - PIB). Ao submeter todos os interesses dos capitalistas e as necessidades da população ao pagamento de juros e amortizações da dívida pública, o governo favorece em grande medida o capital financeiro e atende aos interesses do imperialismo. Era e é inevitável que recrudescessem os conflitos interburgueses e o descontentamento dos explorados, que se manifesta na forma da luta de clas-

ses. Sobre essa base, ocorreram o golpe de Estado e a mudança de governo. E sobre ela a ditadura civil não teve como se firmar e impor uma férrea centralização autoritária, cuja incumbência foi dada pelo movimento burguês do impeachment.

A disputa interburguesa em torno da Petrobras e das reservas de petróleo alcançou nova dimensão com a crise mundial e com a ofensiva do imperialismo, chefiada pelos Estados Unidos. A Operação Lava Jato mascarou a disputa, dando lugar à cruzada contra a corrupção. O governo Temer, acossado pelas denúncias, procurou atender às exigências das petroleiras. Nomeou um homem talhado para redirecionar a Petrobras ao mercado internacional, controlado pelas multinacionais e estrategicamente pelas potências, pelo imperialismo. Alterou-se a lei do petróleo. E abriu-se completamente o pré-sal ao capital externo. A tese de que a Petrobras deve ser administrada autonomamente e que não pode ter ingerência política foi posta em prática pelo governo golpista. Pedro Parente ganhou um poder extraordinário. O que resultou em maior subordinação da Petrobras às pressões e

aos interesses das petroleiras e do capital financeiro.

A política de subsídio e de limitações de acesso e controle do pré-sal pelas petroleiras, posta em prática no governo de Dilma Rousseff, se tornou insustentável com a recessão e com o aumento do peso da dívida pública. A burguesia se uniu sob a bandeira do impeachment sem equacionar concretamente o que se passaria com a economia regida por um governo assumidamente pró-capital financeiro e pró-imperialista.

Temer foi aplaudido por ter aprovado a PEC do Teto, a reforma trabalhista e a Lei da Terceirização. Um extraordinário feito, sem dúvida. Foi, por outro lado, duramente criticado por não ter levado o Congresso a aprovar a reforma da previdência. Esse era o grande objetivo do capital financeiro. No entanto, a crise política acabou deteriorando a relação da ditadura civil com o parlamento. Se Temer não retomar a reforma da previdência, o próximo governo terá de resolver a pendência. A intervenção militar no Rio de Janeiro sofreu reparos. Acabou, no final das contas, sendo avaliada como um acerto contingencial. O problema daí para frente se concentrava em como administrar a disputa eleitoral no quadro de decomposição política e de rejeição das massas aos velhos caciques.

A paralisação dos caminhoneiros explodiu como um vulcão incandescente. Uma fração da burguesia, as transportadoras, se manifestava, apoiada em uma fração da pequena-burguesia (proprietários autônomos). A sujeição do preço do combustível ao mercado internacional e à especulação nas Bolsas de Valores se chocou com o mercado nacional de transporte, que depende dos fretes. O senhor Parente não fazia senão seguir o ditado das petroleiras e dos governos imperialistas. Mas, ao contrário, os capitalistas dos transportes têm de seguir os negócios internos. Com os fretes comprimidos pelo mercado, nas condições de bai-

A tese de que a Petrobras deve ser administrada autonomamente e que não pode ter ingerência política foi posta em prática pelo governo golpista. O que resultou em maior subordinação da Petrobras às pressões e aos interesses das petroleiras e do capital financeiro.

**Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa.
CAIXA POSTAL Nº 630 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO – www.pormassas.org**

o crescimento, – avalia-se que há excesso de caminhoneiros –, os capitalistas dos transportes e os autônomos se uniram naturalmente contra o governo, que eles ajudaram a colocar no poder. Esse é o motivo fundamental da rebelião dos caminhoneiros. A bandeira de combate à corrupção não passa de cortina ideológica. A de volta da ditadura militar, por sua vez, expressa o desespero da pequena-burguesia.

Há que se compreender bem a marcha da crise e suas manifestações de classe para que a vanguarda revolucionária possa intervir com bandeiras, tática e estratégia do proletariado. Não se deve deixar de verificar o caráter burguês da crise política que eclodiu com as transportadoras se insurgindo contra seu próprio governo. Como não se pode desconhecer os interesses dos autônomos (pequeno-burgueses), que circunstancialmente coincidiram com os dos empresários concorrentes.

A crise interburguesa abriu caminho para a intervenção da classe operária com sua própria política. Quando há uma aliança de interesses econômicos entre uma fração de capitalistas com uma da pequena burguesia, a tática do proletariado é de separá-los, mostrando que os autônomos não serão os vencedores. Para isso, é imprescindível uma direção revolucionária, que, infelizmente, não se encontra no seio do proletariado.

O acordo, finalmente obtido pelos caminhoneiros, foi condenado pelos representantes do capital financeiro. Acusaram o governo de ceder além da conta. Assinalaram uma fratura na política

Greve dos caminhoneiros

de combate a subsídios direcionados e o retorno da intervenção do Estado no funcionamento do mercado. O que quer dizer que os choques interburgueses retornarão logo mais com mais força. A greve dos petroleiros, como se constatou, assinalou o caminho da luta operária no quadro de choques entre as próprias frações da burguesia. Desgraçadamente, se iniciou tardia e limitadamente. Eis por que não cumpriu sequer as 72 horas de “advertência”, conforme determinou a burocracia sindical da FUP.

A vanguarda passou por mais essa experiência da luta de classe. Tem de concluir pela necessidade de superar o oportunismo. A paralisação dos caminhoneiros expôs concretamente as raízes econômicas da crise política e pôs à luz do dia a incapacidade de qualquer uma de suas frações em enfrentar a opressão imperialista. A greve dos petroleiros compareceu como a via pela qual a classe operária se manifestava no seu terreno próprio. Tinha de partir das mesmas raízes da crise política que obrigaram os capitalistas e a pequena-burguesia dos transportes a se levantarem contra o governo pró-imperialista. Estava obrigada a erguer, assim, seu programa de classe, sua tática, seus métodos e estratégia de poder. A direção dos petroleiros, presa ao reformismo, mostrou-se incapaz de aproveitar a rachadura aberta no campo da burguesia para projetar a política independente do proletariado ao conjunto da maioria oprimida. Ao recolher o movimento antes de seu término, a burocracia sindical, acossada pela estrondosa multa, deu provas de submissão à política burguesa.

Greve dos caminhoneiros

Os informes e posicionamentos do POR, publicados abaixo, expressam a intervenção partidária. Não pretende, portanto, ser um balanço geral. Os aspectos fundamentais indicam a natureza de classe do movimento dos caminhoneiros, o caráter de suas reivindicações e a necessidade de intervenção do proletariado com sua própria política.

Rio Grande do Norte - Apoio da população

A greve dos caminhoneiros que completou, neste dia 30, seu 10º dia, utilizou-se do método de bloqueios em pontos principais do estado. Atingiu a economia da região. Nos postos, faltou um tipo de combustível, o centro de abastecimento de alimentos ficou vazio e, em alguns municípios, começou a faltar o gás de cozinha.

A greve contou ainda com o apoio de motoristas de aplicativo, moto taxistas, motoristas de vans e transportes escolares, que bloquearam as principais pontes de Natal. A população, em sua maioria, apoiou a greve, apesar da forte campanha dos meios de comunicação, que a todo instante noticiavam a desmarcação de consultas nos hospitais (coisa que acontece rotineiramente), congestionamento no trânsito e falta de produtos. A reivindicação de redução do preço do gás de cozinha ganhou apoio popular.

No decorrer da greve, foi visível a repressão aos grevistas, sendo utilizada a Força de Segurança Nacional para garantir a chegada de combustível em alguns postos e desobstruir as estradas, que dão acesso à refinaria de petróleo. Portanto, é falso o noticiário de que no estado houve diálogo entre militares e grevistas.

Como o movimento dos caminhoneiros era difuso – patrões, assalariados e autônomos –, houve uma parcela que se colocou pela intervenção militar, mas não houve eco entre a população.

Lamentavelmente, faltou uma ação coordenada por parte das direções das centrais e sindicatos, que expressasse a unidade e retomasse a luta nacional, que culminou na greve geral de 28 de abril do ano passado. A Conlutas convocou uma plenária no dia 28 de maio, mas se limitou a aprovar a visita ao acampamento dos caminhoneiros e levar alimentação. A CUT e CTB do estado se apegaram ao discurso de que a greve era em defesa dos interesses dos patrões e que, por isso, não apoiariam o movimento. Na verdade, estavam empenhados em promover o lançamento da campanha de Lula, que se deu no dia 27.

Como se vê, prevaleceu entre a burocracia sindical o eleitoralismo.

Ceará - Em defesa da política da classe operária

A greve dos caminhoneiros no estado promoveu bloqueios em inúmeras BRs e rodovias estaduais. Houve mais de 40 pontos de bloqueios. Além disso, os manifestantes fecharam o terminal de base do Porto do Mucuripe, que abastece a região metropolitana de Fortaleza e a saída de cargas do Porto do Pecém, o principal do estado.

No bloqueio, que obstruía a saída de caminhões da Petrobrás do terminal de abastecimento do Mucuripe, uma parcela dos manifestantes e a direção do sindicato levantaram a palavra de ordem de intervenção militar e redução do diesel. Como o movimento tinha uma direção patronal, as posições reacionárias como a da volta da ditadura militar vieram à tona. Isso mostrou o fracasso do reformismo e expõe a crise de direção.

O POR, por sua vez, colocou-se pelo apoio ao movimento dos caminhoneiros. Criticou suas posições reacionárias. Defendeu que as centrais e sindicatos convocassem assembleias e aprovas-

sem as reivindicações que unificam os explorados, a exemplo da redução do preço do gás de cozinha, e retomassem o caminho aberto com a greve geral de 28 de abril de 2017. Realizou, assim, panfletagens em escolas e universidades com o Manifesto nacional, que trazia a política de independência de classe e a estratégia do proletariado para enfrentar a crise econômica e política que tomou conta do País.

Pernambuco - Dura repressão

A greve dos caminhoneiros atingiu o estado. O governo manobrou para desmontar os bloqueios, mas houve muita resistência. Foram 90 pontos de bloqueios. Com uso da força militar e policial, desbloquearam-se as principais vias que davam acesso à capital e saídas para outros estados. Os militares usaram o argumento de que foi um desbloqueio pacífico, “espontaneamente desmobilizado”. No entanto, os relatos são de violência, dano aos caminhões, abuso e xingamentos contra os caminhoneiros. Uma senhora que mora nos arredores disse que os policiais rasgaram com faca os pneus do automóvel, que estava em sua casa, para impedir as ações de apoio. A ação foi precedida pelo terror do Judiciário, que notificou caminhoneiros, com multas, apreensões de veículos e indiciamento, conforme decretado por Temer.

Rondônia - Em defesa da organização dos explorados sobre a base de suas próprias reivindicações

As mais importantes manifestações dos caminhoneiros se deram entre os dias 21 e 25, porque paralisaram a economia do estado, com a falta de combustível. O movimento dos caminhoneiros permaneceu limitado às reivindicações desse setor. Não contou com a unidade de outras categorias de trabalhadores. As direções dos sindicatos e das centrais deram as costas para a paralisação nacional dos caminhoneiros, não mobilizaram suas bases no sentido de colocar as reivindicações das massas. Tratava-se, assim, de organizar um movimento independente, que pudesse colocar na ordem do dia o rechaço à reforma trabalhista, a defesa do emprego e do salário e o fim da política de privatização e desnacionalização da ditadura civil de Temer.

Mesmo assim, o movimento dos caminhoneiros continuou coeso até o nono dia. A partir daí, com a intervenção policial e militar, o movimento foi sendo desmontado. Até o momento, o Porto Graneleiro, que é a via de acesso da entrega de grãos para Manaus, por meio do rio Madeira, está fechado.

O POR esteve presente em um dos bloqueios da BR 319, em Porto Velho, onde distribuiu o Manifesto e defendeu a mobilização dos explorados, que se distingue dos interesses do patronato, para derrotar a política do governo golpista de Temer. Também divulgou o Manifesto e cartazes na universidade.

São Paulo - Faltou erguer os comitês de luta

O movimento dos caminhoneiros paralisou São Paulo. As rodovias foram bloqueadas, inicialmente. A população recorreu aos trens e metrô para chegar ao trabalho. Os combustíveis acabaram em poucos dias. Algumas universidades decretaram a suspensão de aulas. A rede privada de escolas paralisou em função de cortes de benefícios pela patronal, mas como movimento corporativo à



A maioria da população pobre não se colocou contra a paralisação, ao contrário, se entusiasmou com a reivindicação de reduzir o preço do gás de cozinha. Mas, os sindicatos não chamaram assembleias para organizar a luta unitária dos explorados.

parte. A grande imprensa, dia e noite, incitou a população a ser contra os caminhoneiros. Retratava a falta de alimentos no Ceasap e em mercados e feiras, para incentivar o ódio da classe média contra o movimento. Mostrava a ação dos grevistas para manter a paralisação (piquetes) como atos de vandalismo e agressão à farsa do “direito de ir e vir”. Ao mesmo tempo que indicava a boa vontade do governo e de dirigentes dos sindicatos e confederações de caminhoneiros em “negociar” e chegar a um “acordo”, quando na realidade era pura manobra do governo com burocratas. E, por fim, justificar o uso da intervenção militar. Apesar de tudo isso, a maioria da população pobre não se colocou contra a paralisação, ao contrário, se entusiasmou com a reivindicação de reduzir o preço do gás de cozinha.

Os sindicatos não chamaram assembleias para organizar a luta unitária dos explorados. A greve da Mercedes foi suspensa, depois que a burocracia já havia desmantelado o movimento na Ford, Scania e Toyota. A Força Sindical ficou calada diante das denúncias de corrupção envolvendo seu principal dirigente no parlamento, Paulino da Força. A Conlutas não teve capacidade para convocar manifestações em defesa da greve geral, conforme seu manifesto, acabando por se limitar a pequenos atrasos na entrada de algumas fábricas da região de São José dos Campos.

O POR interveio, por meio do Comitê de Luta do ABC, em dois atos. No dia 26, a Frente Povo Sem Medo e os agrupamentos que compõem o PSOL convocaram uma manifestação na Estação de Trem de Santo André contra o aumento dos combustíveis e a repressão militar aos caminhoneiros. O ato, infelizmente, foi desorganizado. O POR distribuiu o manifesto entre a população e defendeu a importância de realizar um novo ato, ampliando as reivindicações para atender os interesses dos explorados, que vivem a tragédia do desemprego, dos baixos salários e da precarização do trabalho. Mostrou a importância de retomar o funcionamento do Comitê do ABCD, que impulsionou a greve geral de 28 de abril do ano passado.

A Frente Povo Sem Medo e outros agrupamentos convocaram outra manifestação para o dia 28. Nesse dia, a Frente Povo Sem Medo não compareceu, embora tivesse criticado os militantes do PSOL, que haviam convocado o ato do dia 26 e não vieram. Assim, a manifestação acabou se transformando em panfletagem. O POR aproveitou para divulgar seu novo manifesto.

Greve dos caminhoneiros

Que o governo reduza imediatamente o preço do diesel, do gás e da gasolina!

Organizar a luta operária pelas reivindicações e programa próprios!

28 de maio de 2018



No segundo dia de greve nacional dos caminhoneiros, com bloqueios de estradas, Temer fez a primeira “concessão”. Reduziu para zero a alíquota da Cide sobre o diesel. Associação Brasileira dos Caminhoneiros (Abcam), Unicam e a Confederação Nacional dos Transportes (CNT) rejeitaram a ridícula redução de R\$ 0,05 no preço do combustível. Os bloqueios continuaram. No terceiro dia, o presidente da Petrobrás, Pedro Parente, homem do PSDB, comunicou uma redução de 10% nos preços do diesel na refinaria e um congelamento por 15 dias. A queda de R\$ 2,23351 para R\$ 2,1016, sem dúvida, não atenderá às exigências dos caminhoneiros, principalmente daqueles que não pertencem às frotas empresariais.

É preciso que se diga que esse monumental movimento funde interesses distintos, que são os dos caminhoneiros autônomos e os das poderosas empresas de transportes. Evidentemente, o governo Temer entrou em choque com esse setor da burguesia, que sentiu a queda de seus lucros com os aumentos consecutivos dos combustíveis, adotados como política de preços da Petrobras, após a derrubada do governo de Dilma Rousseff.

Os milhares de caminhoneiros autônomos são, no entanto, os que mais sofrem, uma vez que

os fretes não passam de um meio de sobrevivência familiar e de reposição de seu meio de trabalho. Muitos caminhoneiros se acham endividados com as prestações de veículos. Reclamam que não se trata apenas do alto preço do diesel, mas também dos pedágios, dos assaltos, das estradas mal conservadas, etc. Somados esses custos, os fretes não compensam.

Os autônomos estão obrigados, inclusive, a seguir a política das empresas de transportes, que acabam determinando o valor dos fretes. Não se deve, assim, confundir os interesses empresariais do transporte com os dos caminhoneiros autônomos.

É claro que a ditadura civil de Temer estremeceu em apenas quatro dias de paralisação nacional, graças à unidade entre empresas e autônomos. Com o bloqueio da circulação de mercadorias, a economia começou a se desorganizar. Os protestos setoriais (produtores de leite, legumes e carnes, taxistas, motoqueiros, etc.) se somaram às pressões dos caminhoneiros.

A posição juramentada de Pedro Parente, de que não admitiria

interferência política em sua administração de preços do petróleo, sofreu a primeira fissura. Teve de apresentar uma redução. Não era possível a Temer interferir no ICMS, já que é uma fonte imprescindível de receita dos estados, que se acham em situação difícil. Também não era conveniente medir força com o setor de transporte por meio da ação policial e militar. Restou ao Planalto convencer seu preposto na Petrobras a apresentar uma solução provisória, para arrefecer os ânimos e buscar um caminho de conciliação de interesses entre governo e empresários do transporte.

O movimento dos caminhoneiros evidenciou o quão pernicioso é para a economia o mecanismo estabelecido por Pedro Parente de submeter o preço do combustível aos ditames do preço internacional e da variação cambial. Na condição de commodities, está sujeito ao monopólio exercido pelas petroleiras, pela especulação e pelo império do dólar.

É impressionante como, na situação de queda inflacionária no Brasil, o preço dos combustíveis se elevou com vários aumentos sequenciais. A resposta de Temer e de Parente estava na ponta da língua: a responsabilidade é de Dilma Rousseff, que exerceu a política de preços administrados. A Petrobras, segundo o governo, ao se ajustar às leis do mercado, foi salva da falência. Ou seja, às leis do mercado manejadas pelos monopólios de energia e pelos especuladores internacionais.

A recente campanha de que a Petrobras, agora, passou a ser lucrativa, despenca diante das brutais consequências para o conjunto da economia e, em especial, para as condições de existência da população. As famílias pobres e miseráveis, que formam a maioria nacional oprimida, já não conseguem arcar com o absurdo preço do gás de cozinha, energia elétrica e água. Constatase que muita gente, principalmente no interior, já está recorrendo ao uso de lenha. Isso se passa em um país que tem enormes reservas petrolíferas e total condição de exercer o monopólio nacional da extração, refinamento e distribuição.

O sentido percorrido, porém, é o oposto. A Petrobras foi semiprivatizada e as ricas jazidas foram postas a leilão. O capital parasitário e as petroleiras usaram a Operação Lava Jato e o escândalo do “petrolão” para alargar o caminho da privatização e da desnacionalização. Em nome da recuperação da Petrobras e

do aumento da capacidade de extração, o governo pró-imperialista tem promovido seu desmonte, reduzido seu papel de instrumento de defesa da economia nacional e aumentado o poder das petroleiras e distribuidoras multinacionais. O acordo do governo brasileiro com portadores de ações da Petrobras, em torno da indenização de supostas perdas com a corrupção na empresa, foi uma bênção aos especuladores norte-americanos.

A greve dos caminhoneiros, como se vê, passa ao longe do problema fundamental. Até-se aos interesses das empresas de transporte e às dificuldades emergenciais dos autônomos. As massas, que recebem o maior peso do impacto dos aumentos, não estão sendo chamadas a colocarem na ordem do dia suas necessidades. Trata-se de reduzir não apenas o preço do óleo diesel, mas também o da gasolina e, sobretudo, o do gás de cozinha.

Os trabalhadores das grandes empresas do transporte não devem esquecer que a redução do preço do óleo diesel não vai garantir seus empregos e salários. É preciso defender as reivindicações que possam estabelecer a unidade na luta junto aos autônomos. A exigência de abertura dos livros caixa dessas empresas pelos trabalhadores e seu controle operário permitirão estabelecer um funcionamento harmônico com os autônomos, sem lhes impor condições precárias de trabalho. Ao mesmo tempo, reivindicar a estabilidade no emprego, contratação de mais funcionários quando necessário e salários dignos de sobrevivência, reajustados automaticamente de acordo com a inflação.

Além disso, a luta não deve se circunscrever ao preço dos combustíveis. Está colocada a bandeira de reestatização da Petrobras, renacionalização das jazidas de petróleo e expropriação das petroleiras, sem indenização e sob controle operário. O preço do petróleo deve ser colocado a serviço da economia nacional e não

do capital financeiro e multinacional. Somente sob controle operário isso será possível. Nenhum governo burguês, de esquerda ou de direita, será capaz de garantir a imposição das necessidades nacionais sobre as do capital estrangeiro.

É fundamental exercer a real soberania nacional sobre as fontes de energia, sem a qual não se pode exercer a soberania sobre o conjunto da economia do país oprimido. Certamente, o petróleo é apenas parte do problema da independência nacional. Cumpre um lugar de destaque na luta anti-imperialista.

Os explorados não devem ignorar o bloqueio dos caminhoneiros. Há que separar o interesse das empresas, que fazem locaute, do dos autônomos, que fazem greve e bloqueios. A forma para isso é levantar suas próprias reivindicações vitais, as medidas anti-imperialistas, a tática e a estratégia próprias do proletariado. O aumento dos preços dos combustíveis faz parte do funcionamento do capitalismo. As massas têm como reagir com suas próprias reivindicações: salário mínimo vital e escala móvel de reajuste permitem a defesa de suas vidas. A classe operária deve levantá-las e se utilizar da greve para se proteger contra a exploração e a anarquia econômica do capitalismo.

Que o governo não apenas reduza o preço do diesel!

Que reduza imediatamente o preço do gás e da gasolina!

Que as centrais e sindicatos organizem a luta pelo emprego a todos e contra o aumento do custo de vida, exigindo salário necessário para a sobrevivência da família, reajustado de acordo com a inflação!

Ato dos caminhoneiros

Em defesa do movimento dos caminhoneiros Nenhuma intervenção policial-militar Estender o movimento a favor da maioria oprimida

A resistência dos caminhoneiros em aceitar o acordo proposto pelo governo mostra a profundidade da crise econômica e política. Essa constatação se evidencia ainda mais diante da dificuldade da ditadura civil de Temer de cumprir a decisão de desmantelar o movimento por meio da intervenção policial e militar. É certo que as refinarias de petróleo foram ocupadas militarmente. Somente assim, se liberou o transporte de combustível, mas limitado a alguns setores selecionados pelos órgãos de segurança do governo. Os caminhoneiros acataram a ordem de desbloquear as rodovias, mas mantiveram as longas filas nos acostamentos. É sintomático que ainda existam inúmeros bloqueios. A tática do governo foi a de acusar de locaute patronal a paralisação. E comparecer diante da população como defensor do funcionamento dos hospitais, escolas, aeroportos e abastecimentos. Também é sintomático, ao contrário, que tenha aumentado o apoio de populares ao movimento.

Há um vínculo entre a reivindicação de redução do preço do diesel com o descontentamento dos explorados com o preço do gás de cozinha, bem como o da gasolina. As famílias que sobre-

vivem com salários miseráveis – milhões padecendo do desemprego e subemprego – não podem arcar com o aumento diário dos combustíveis, imposto pelas petroleiras multinacionais e pelos especuladores de commodities. É bem conhecido o salto que houve no preço do botijão de gás. O alto preço da gasolina, por sua vez, pesa nas contas de taxistas, motoqueiros, perueiros, etc. As massas pressentem ainda um perigo maior que é a inevitável volta do aumento geral do custo de vida. Aí está refletido o lado econômico da greve dos caminhoneiros.

Com a mudança de governo por meio do golpe de Estado, em agosto de 2016, estabeleceu-se uma política econômica de descarregar, sem atenuantes, a crise capitalista sobre a maioria oprimida e de entregar o patrimônio nacional ao capital imperialista. Aprovou-se a PEC do Teto, que sacrifica o orçamento voltado à saúde, educação e subsídios sociais. Aprovaram-se a reforma trabalhista e a Lei da Terceirização, que eliminam direitos e dão total poder ao patronato de impor as condições de trabalho. Ficou no meio do caminho a reforma da previdência, que praticamente impossibilita milhões de assalariados de alcançarem a aposentadoria, que logo

28 de maio de 2018

mais será retomada. A decisão de vincular o preço dos combustíveis ao mercado internacional e à variação cambial é parte do plano de “ajuste” do governo golpista. Aí está o lado político da greve dos caminhoneiros.

É preciso ainda esclarecer que, no centro das diretrizes econômicas e políticas de Temer, está a gigantesca dívida pública, que vem crescendo incontrolavelmente. Todos os passos dados pelo governo estão condicionados a reduzir o déficit público provocado pela insuportável carga de juros, amortizações e serviços. O capital financeiro, o grande capital nacional e as multinacionais estabeleceram o caminho que vem seguindo a ditadura civil de Temer. A explosão nos preços dos combustíveis foi uma das condições para atender aos interesses do capital financeiro e das petroleiras estrangeiras. Trata-se de enfraquecer o controle estatal sobre as matérias-primas, em particular o petróleo, e avançar a desnacionalização. As medidas entreguistas (privatizações) servem à sustentação do parasitismo financeiro, que suga os recursos do Tesouro nacional por meio do pagamento da dívida pública.

Certamente, o movimento dos caminhoneiros é cego diante das causas que levaram ao golpe de Estado e à implantação do plano antinacional e antipopular de Temer. É necessário que se diga que as empresas de transportes e uma parcela dos autônomos apoiaram a derrubada do governo Dilma Rousseff, que de alguma maneira retardava a explosão dos preços dos combustíveis. Agora, os caminhoneiros se viram obrigados a se voltar contra o governo. A orientação traçada pelo presidente da Petrobras, Pedro Parente, atende tão somente aos interesses das petroleiras e resulta em desastre para a economia nacional.

Não se pode ocultar o fundo patronal da greve dos caminhoneiros. Não se pode desconhecer que há um setor capitalista, que via de regra assume as causas reacionárias. Mas não se pode desconhecer, também, que milhões de autônomos e de assalariados fazem parte dele. Não estão presentes nesse movimento as reivindicações dos trabalhadores dos transportes (salário, emprego, jornada, direitos, etc.). Caso estivessem, estariam se chocando com as poderosas empresas que sugam sua força de trabalho.

A classe operária e os demais explorados têm de ter uma posição diante da paralisação. Para isso, precisam ter claro que se trata de um movimento heterogêneo, que reúne os capitalistas dos transportes e o pequeno proprietário do caminhão. Os empresários buscam unicamente proteger seus lucros. Os autônomos procuram manter sua condição de pequenos proprietários, expressam a mesquinhez da pequena burguesia. Está aí por que



Está posta a generalização da reivindicação de redução do preço do diesel, gasolina e gás. Os caminhoneiros assalariados devem ser alertados de seu estado de escravidão. Estão colocadas as reivindicações do conjunto dos assalariados: derrubar a reforma trabalhista e a lei da terceirização, rechaçar a reforma da previdência, defender a implantação da escala móvel das horas de trabalho, o salário mínimo vital e a escala móvel de reajuste.

de conjunto defendem o caráter corporativo da paralisação.

Tendo claro o caráter de classe do movimento dos caminhoneiros e o conteúdo das reivindicações, é importante defendê-lo contra a intervenção policial e militar do governo. O fato de se chocar com as medidas antinacionais e antipopulares de Temer abre caminho para a luta dos assalariados em geral e, em especial, a da classe operária. Está posta a generalização da reivindicação de redução do preço do diesel, gasolina e gás. Os caminhoneiros assalariados devem ser alertados de seu estado de escravidão. Estão colocadas as reivindicações do conjunto dos assalariados: derrubar a reforma trabalhista e a lei da terceirização, rechaçar a reforma da previdência, defender a implantação da escala móvel das horas de trabalho, o salário mínimo vital e a escala móvel de reajuste.

Os petroleiros anunciaram uma paralisação por tempo determinado (72 horas), na quarta-feira. Estão em atraso, considerando as condições propícias criadas pelo movimento dos caminhoneiros. Na Mercedes, a burocracia sindical encerrou a greve. Nas universidades de São Paulo, os estudantes, funcionários e professores iniciaram paralisações. O movimento dos sem-teto vem realizando protestos de rua. Há um descontentamento crescente com o governo e suas reformas que eliminam postos de trabalho, mantém a

alta do desemprego, rebaixam os salários e precarizam a condições de vida da maioria. Por outro, as direções sindicais, populares e os partidos de esquerda correm atrás do calendário eleitoral. Diante da profunda crise econômica e política, perde-se a oportunidade de organizar o movimento nacional que retome o caminho da greve geral de 28 de abril, do ano passado.

Somente por meio das reivindicações próprias da classe operária, de sua organização independente e de seus métodos de luta, é possível aproveitar a crise aberta entre os caminhoneiros e o governo para levantar as reivindicações que unificam a maioria nacional oprimida.

Apoiar a luta dos caminhoneiros com o programa e métodos da classe operária! Abaixo a intervenção policial e militar! Generalizar a luta sobre a base das reivindicações próprias dos explorados! Derrubar o plano antinacional e antipopular de Temer! Retomar o caminho da greve geral!

Litoral Paulista**Necessidade de uma política proletária**

A decisão judicial pela ilegalidade da greve e imposição de multa milionária aos sindicatos não impediu a forte adesão à paralisação. Na RPBC e UTE Ezébio Rocha, no município de Cubatão, a adesão do setor operacional foi de 100%. A maior parte dos terceirizados e setor administrativo também aderiu à greve. No Terminal Alemoa em Santos e no Terminal de Pilões em Cubatão a adesão foi total. No Terminal Almirante Barroso (TEBAR), em São Sebastião, os ônibus chegaram praticamente vazios e os poucos trabalhadores que chegaram aderiram à greve, só alguns poucos trabalhadores do administrativo entraram para trabalhar. Na Unidade de Tratamento de Gás de Caraguatatuba, os trabalhadores de-

cidaram ocupar a unidade, para impedir que os fura greve furassem o movimento. Na Baixada Santista, houve apoio dos caminhoneiros, que ainda estão parados, servidores de Santos, estudantes da UNIFESP, estivadores, bancários e metalúrgicos. No Litoral Norte, houve apoio do Fórum dos Sindicatos e da Oposição da APEOESP. O POR atuou no TEBAR com o boletim em defesa da greve.

A disposição de luta dos petroleiros, no entanto, não foi suficiente para rechaçar as vacilações e as debilidades das direções sindicais. Está colocada a tarefa de constituir uma direção classista, capaz de encarnar a política proletária.

Greve dos petroleiros**Pernambuco - Lei antigreve contra os petroleiros**

No dia 30 de junho, afrontando a decisão do Tribunal Superior do Trabalho, os petroleiros iniciaram a greve de 72 horas contra a política de preços da Petrobras, que atrela o valor dos combustíveis ao dólar, e contra a privatização da estatal. Na frente da refinaria Abreu e Lima, em Suape, os trabalhadores realizam uma assembleia, no início da manhã.

As frentes Povo Sem Medo e Brasil Popular convocaram um ato, no período da tarde, em torno às bandeiras: pela redução do preço do diesel, da gasolina e do gás de cozinha; mudança imediata da política de preços dos combustíveis: “Fora Parente. Em defesa da Petrobras estatal, não à privatização”; e “Fora Temer: Por eleições livres e democráticas”. O ato contou com a adesão de um setor de petroleiros, sindicatos, movimentos (MTST) e correntes políticas (PT, PPL, PCdoB, UP, PSOL, PCB, PCO, POR e anarquistas). Nota-se a ausência do PSTU e sindicatos dirigidos por ele como o SIMPERE, assim como da CSP-Conlutas.

O POR atuou com o manifesto, uma faixa em defesa da Greve Geral e interveio no carro de som, expressando que a explosão dos preços dos combustíveis tinha como fundamento a política abertamente entreguista do governo golpista de Temer, sendo necessária uma Frente Única Anti-imperialista. Apontou que era preciso ir além da luta pela redução no preço dos combustíveis e gás de cozinha, sendo urgente lutar pelos empregos e salários. Defendeu a retomada da greve geral de 29 de abril de 2017, dos métodos operários e da estratégia própria de poder, o governo operário e camponês.

Rio Grande do Norte**Política oportunista da direção sindical**

A greve dos petroleiros no estado paralisou todos os campos de produção de petróleo. Contou com a adesão dos operários da Petrobras (em torno de dois mil) e dos terceirizados (em torno de seis mil). As reivindicações estavam vinculadas à bandeira de “Fora Pedro Parente” e contra a privatização da Petrobras. O que imprimiu ao movimento a política eleitoral do PT e PCdoB.

Ceará - Greve do faz de conta

Os petroleiros iniciaram a greve nacional, convocada pela

FUP/FNP. O Ceará possui 500 trabalhadores petroleiros. Os atos se concentraram na Lubnor (refinaria de lubrificantes e derivados do Nordeste) e contaram com a presença da CUT, lideranças do Sindipetro, da FUP, estudantes e demais trabalhadores. Tiveram como eixo central a bandeira de saída de Pedro Parente da Petrobrás. Denunciaram a operação de desmonte e preparação da privatização da empresa. Segundo a FUP, 50% dos trabalhadores estavam parados, com exceção dos terceirizados. O que significa que a greve nacional não pretendia, de fato, interromper a produção, refino e distribuição de combustíveis. Os dirigentes da FUP, não por acaso, deixaram claro que a paralisação não tinha a intenção de provocar desabastecimento.

Paraná - Havia disposição de luta

A paralisação atingiu as refinarias de Presidente Getúlio Vargas (Repar), em Araucária; Usina do Xisto (SIX), em São Mateus do Sul; e Terminal Aquaviário de Paranaguá (Tepar). Os petroleiros criticavam a “política equivocada de preço adotada por Pedro Parente”. Juntamente a essa posição, compareceram as reivindicações contrárias à venda da Petrobras, pela garantia dos empregos e a bandeira do “Fora Temer”. Desde as primeiras horas do dia 30, os grevistas levantaram suas faixas que pediam também a redução do preço dos combustíveis. A adesão à greve foi da quase totalidade dos petroleiros.

São Paulo - Ato na Recap (Refinaria de Capuava) Importância de organizar os terceirizados

A Refinaria de Capuava paralisou desde o início da madrugada. As peruas, que trazem os petroleiros, chegaram vazias, o que mostra o êxito da greve, considerada pelas direções como de “advertência”. Às 6 horas, ocorreu um ato em frente à refinaria. Contou com a participação de movimentos, alguns sindicatos e partidos de esquerda. A presença de petroleiros foi pequena, a maioria era de terceirizados, a exemplo dos contratos pela Manserv.

A direção do sindicato, na abertura, fez uma apresentação da pauta de negociações e destacou as razões da paralisação de 72 horas. Entre as reivindicações estavam a “exigência de baixar o preço de gás de cozinha e dos combustíveis; a manutenção dos empre-

gos; a retomada da produção nas refinarias, que por conta da política de Pedro Parente está estrangulada; o fim das importações de derivados de petróleo; a não privatização da Petrobras; a demissão de Pedro Parente”. Depois dessa exposição, foi aberta a palavra.

Usaram a palavra: o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo, Apeoesp, Sindicato dos Funcionários Públicos de Diadema, Sindicato dos Funcionários Técnicos Administrativos UFABC, Comitê ABC Frente Povo Sem Medo, Simpro-ABC e o Sindicato Construmob, que representa os trabalhadores das terceirizadas. A direção desse sindicato, que é cutista, procurou justificar sua presença diante dos trabalhadores da Manserv presentes no ato. Isso por que, uma semana antes, os operários da Manserv, em assembleia, exigiram o reajuste salarial e o aumento no ticket refeição e a direção do sindicato se negou a organizar a luta, com o argumento de que a diretoria da terceirizada dificilmente atenderia à reivindicação. Alguns operários chegaram a narrar à militância do POR o papel dessa direção, que é incapaz de defender os terceirizados e que perdeu a oportunidade de fazer uma greve conjunta com os petroleiros da Recap.

Um dos militantes do POR fez uso da palavra dizendo que as lutas que estão ocorrendo estão diretamente ligadas. A causa é a mesma, a política antinacional do governo e a necessidade das multinacionais de saquearem os recursos naturais, o petróleo e o gás. Certamente, para combater esta política imperialista, que é imposta pelo governo golpista de Temer, é preciso unificar os explorados sob a direção da classe operária. A greve é o caminho. Para isso, é necessário retomar a greve geral de 28 de abril do ano passado. Constituir os comitês de luta e exigir que os sindicatos convoquem assembleias para aprovar as reivindicações e tática

Caminhoneiros resistem - Petroleiros em greve

Unir a maioria explorada, sob a direção do proletariado

Estatização total da Petrobrás, sob o controle operário

Que se reduza imediatamente o preço da diesel, gasolina e gás de cozinha

Que as centrais sindicais convoquem a greve geral!

Os caminhoneiros não aceitam as manobras do governo Temer, para pôr fim à paralisação. Não aceitam a impostura da camarihla que comanda as associações, federações e confederação. Estão alertas para as negociatas montadas pelos governadores, principalmente o de São Paulo, Márcio França. Não se deixam abalar pela campanha dos meios de comunicação monopolistas contra o movimento. A população, por sua vez, não condena a paralisação dos caminhoneiros. Cresce a voz entre as massas de redução do valor do gás de cozinha. Juntam-se aos caminhoneiros, vans escolares, motoqueiros e taxistas pela redução do preço da gasolina.

O conflito entre o governo e os empresários dos transportes pressiona os caminhoneiros a mudar de direção a sua luta. Lideranças empresariais querem transformar o movimento em cruzada contra a corrupção. Incentivam as bandeiras direitistas, como a volta dos militares ao poder. O governo, por seu lado, tem usado uma das associações de caminhoneiros para denunciar uma tal de “infiltração” de estranhos. É fundamental rechaçar as poderosas transportadoras que desviam o caminho da luta, bem como a ditadura civil de Temer, que precisa achar “infiltrados” para justificar o recrudescimento da intervenção policial-militar.

Greve dos petroleiros

Manifesto

para enfrentar as reformas antinacionais e antipopulares de Temer. E concluiu com a defesa da independência de classe e a estratégia do governo operário e camponês.

O ato foi encerrado pela direção dos petroleiros que enfatizou que a greve “não era de piquetes”, que era de “advertência” e que a intenção era de não confrontar com a empresa e sim de negociar. Esse discurso mostrou que a greve não era para valer.

Ato na Av. Paulista - Um ato eleitoral e demagógico

A manifestação, em frente à sede da Petrobras, reuniu cerca de 10 mil. Foi convocada pelas Frente Brasil Popular e Povo Sem Medo. Reuniu sindicalistas e partidos de esquerda. A grande maioria dos manifestantes era de sem-teto, que realizou uma concentração no Masp e se dirigiu à Petrobras, tendo à frente seu dirigente Guilherme Boulos. As palavras de ordem eram: “Fora Pedro Parente”, “Petrobras 100% estatizada”, “Lula Livre” e “Democracia”. Nos discursos, as vozes foram em direção à defesa da “soberania nacional”, “não à intervenção militar” (rebatida com o trocadilho de “intervenção tem de ser do povo”) e pelo “direito de Lula se candidatar”. E concluíam com a defesa de eleições democráticas. Os dirigentes da FUP enfatizaram o autoritarismo do governo e o julgamento da greve como abusiva e as volumosas multas aos sindicatos.

O POR interveio por meio do Manifesto e usou a palavra para denunciar a política antinacional do governo de ditadura civil de Temer, de privatização e desnacionalização; para defender a unidade dos explorados em torno das reivindicações de emprego, salário e direitos. Portanto, combater as reformas antioperárias do governo golpista, como a trabalhista e previdenciária. E concluiu propagandeando a estratégia própria da classe operária, que é a do governo operário e camponês, resultado da revolução proletária.

30 de maio de 2018

As reivindicações que atendem às necessidades dos caminhoneiros autônomos são claras. É por elas que ainda as rodovias continuam tomadas pelos caminhões. Agora, os petroleiros se lançam à greve. Ainda que tardiamente, muda a situação. Trata-se da presença do proletariado na luta, portanto, coloca para o movimento seu conteúdo de classe, distinto tanto do empresarial, quanto dos autônomos. Defendem a Petrobras estatal, rejeitam “a política de preços” de Pedro Parente e colocam-se pelo “fim de qualquer tentativa de desmonte e privatização”.

Distintamente do caráter corporativo e mesquinho da reivindicação dos caminhoneiros, o movimento da classe operária tem de responder às necessidades do conjunto dos explorados. A reivindicação mínima é a de redução do preço do gás de cozinha. Atende aos interesses da maioria explorada, que não suporta o alto custo de vida. É importante, porém, que se tenham claras as limitações e a insuficiência das reivindicações colocadas pela direção dos petroleiros. Vinculado ao alto preço do gás de cozinha, estão o miserável salário mínimo e os baixos salários. Há que se defender o salário mínimo vital (suficiente para a família assalariada sobreviver dignamente), um aumento geral de emergência dos salários

e a implantação da escala móvel de reajuste dos salários (aumento automático de acordo com a elevação do custo de vida). É obrigatório denunciar o desemprego e o subemprego e colocar na ordem do dia as reivindicações de estabilidade no emprego, redução da jornada sem diminuir os salários e implantação da escala móvel das horas de trabalho (divisão de todo trabalho disponível entre todos os aptos ao trabalho, sem redução salarial).

Temos de dizer aos trabalhadores a dura verdade de que nenhuma redução de preço no capitalismo resulta na defesa duradoura da vida dos explorados. A bandeira de redução do preço do gás de cozinha é emergencial e serve apenas para colocar para os explorados as reivindicações que correspondem à defesa real das condições de existência, que são o salário e o emprego. Os petroleiros darão importante passo na luta contra o governo antinacional e antipopular de Temer e contra a burguesia se se apoiarem nessa base sólida de reivindicações. É necessário rejeitar o uso da bandeira de redução do preço do gás de cozinha e da mudança de política de preços da Petrobras para fins eleitorais.

Outra limitação da direção dos petroleiros é a de não colocar com absoluta clareza a verdadeira situação da Petrobras. A bandeira de “Petrobras estatal, não à privatização” deve ser acompanhada da explicação de que a Petrobras está, em grande medida, privatizada. Para ser verdadeiro com a bandeira de não à privatização, é preciso defender, sem atenuantes, a reestatização da Petrobras, sem indenização e pelo controle operário coletivo. O governo Dilma Rousseff deu um passo em favor das petroleiras multinacionais na exploração do pré-sal. E o governo Temer completou com o entreguismo descarado. É imprescindível, também, a defesa da nacionalização das reservas petrolíferas e de toda riqueza mineral. As multinacionais, que se aproveitam das ricas reservas, devem ser expropriadas, sem indenização. Já sangraram, além da conta, o Brasil.

O Dia Nacional de Luta, convocado pela CUT e outras organizações sindicais e populares, poderá abrir caminho para a retomada do movimento de março e abril de 2017, que culminou com a greve geral de 28 de abril do ano passado. Os trabalhadores já estão fartos com a reforma trabalhista e com a terceirização. A luta deve levantar alto as bandeiras de revogação da reforma trabalhista e da lei da terceirização. Está no horizonte a nova ofensiva burguesa que virá com a recolocação da reforma da previdência. Nada de reforma da previdência! Revogação das reformas que atingem os trabalhadores e a economia nacional.

No centro da crise econômica e política está a gigantesca dívida pública. Chega de entregar aos parasitas milhões e milhões de juros e amortizações da dívida! Todos acobertam essa chaga que mina o desenvolvimento das forças produtivas nacionais. Está mais do que amadurecida a necessidade de organizar a luta sob a bandeira de “Não pagamento da dívida pública!” Nenhum

Greve dos Petroleiros

A classe operária e os demais trabalhadores devem apoiar e se juntar à greve dos petroleiros

Está claro que a paralisação dos caminhoneiros está chegando ao fim. Começa, no entanto, a greve nacional, por 72 horas, dos petroleiros. Trata-se de um movimento distinto dos caminhoneiros. Isso por que é uma greve operária. É preciso defendê-la com todas as forças. As centrais sindicais e os sindicatos têm o dever de convocar imediatamente assembleias; aprovar o apoio ativo aos petroleiros e uma pauta de reivindicações que unifique nacionalmente os explorados; formar os comitês de base. Já estão



centavo a mais aos banqueiros e especuladores! Em defesa dos empregos e dos salários!

O caminho aberto com a paralisação dos caminhoneiros somente será progressivo se a classe operária tomar a frente nos combates e imprimir seu programa, suas reivindicações e seus métodos próprios de luta. Somente a classe operária pode enfrentar consequentemente a ditadura civil de Temer, os exploradores nacionais e o imperialismo. Somente a classe operária pode unir a maioria oprimida em um poderoso movimento, que se estenda por todo o País.

Sabemos das grandes dificuldades que trazem a ausência de um poderoso partido revolucionário, capaz de dirigir o movimento das massas. A crise de direção, assim, tem permitido que se levantem bandeiras reacionárias, como a da volta dos militares. Ou, então, falsas soluções de trocar o governo por meio de eleições. Mas, a classe operária tem seu programa encarnado pela vanguarda que luta por sua independência de classe. É nos momentos de grande crise que se coloca a questão do poder. Nossa luta é por elevar a consciência dos explorados e preparar as condições para lutar por um governo operário e camponês, constituído pela revolução proletária.

Que os petroleiros organizem o movimento independente dos explorados!

Que as centrais sindicais rompam o divisionismo e organizem o movimento nacional grevista!

Que se retome a greve geral de 28 de abril do ano passado!

Derrotar o governo golpista, antinacional e antipopular, de Temer!

Fora a intervenção policial-militar contra os caminhoneiros!

Lutemos pelas reivindicações que unificam os explorados em todo o País!

atrasados em cumprir essa tarefa.

A ditadura civil de Temer se curvou diante do poderoso movimento patronal e dos caminhoneiros autônomos. Não teve força política para quebrá-lo por meio da repressão, embora tenha acionado as Forças Armadas e a polícia. Agirá de maneira bem diferente com os petroleiros. Antes mesmo de a greve começar, o Tribunal Superior do Trabalho decretou a sua ilegalidade e impôs uma multa diária de R\$ 500 mil. governo, por sua vez, colocou a

tropa de choque no interior das refinarias, a exemplo da Replan, em Paulínia, uma das principais do País, bem como exigiu que a Petrobras tome drásticas medidas contra os grevistas.

No movimento dos caminhoneiros, Temer aproveitou para acusar “infiltração” de estranhos. Agora, começa atacando a greve dos petroleiros com a campanha de que se trata de um movimento político. Qualquer trabalhador, minimamente consciente, e que não se deixa levar pelas campanhas reacionárias dos meios de comunicação, sabe que qualquer greve sempre é política. A greve dos caminhoneiros teve um sentido político extremamente negativo quando serviu para grupos antidemocráticos defenderem a volta da ditadura militar. Os capitalistas dos transportes fizeram sua politicagem para conseguir benefícios do governo. Inclusive uma das associações serviu de instrumento à repressão, denunciando a tal da “infiltração”. Essa é a política burguesa que os explorados devem rejeitar.

A classe operária tem sua política própria, completamente oposta à política da burguesia e de seus governos. Qual é a política da classe operária que está presente na greve dos petroleiros? Em resumo: 1) defesa da Petrobras e dos recursos petrolíferos do País contra a privatização, a desnacionalização e a sangria econômica do País; 2) defesa dos empregos e dos salários; 3) contra a reforma trabalhista e previdenciária; 4) defesa da redução do preço da gasolina e do gás de cozinha. A política da classe operária é aquela que se levanta contra a exploração do trabalho e contra a opressão estrangeira (imperialista).

É claro que essas reivindicações se contrapõem e se chocam com a política antinacional e antipopular do governo golpista. É claro que existe um desvio no movimento, quando vozes pretendem convencer os operários em luta a servirem de instrumentos de disputa eleitoral e de defesa abstrata da democracia, quando sabemos que ela é uma forma de funcionamento do Estado burguês e de dominação de classe. Essa política estranha à classe operária deve ser rejeitada. O que o governo quer com sua campanha contra a greve dos petroleiros é impedir que a classe operária se unifique como uma só força.

A paralisação dos caminhoneiros nos deixa uma importante lição: um movimento só tem força se atingir a economia e os interesses gerais da burguesia, bem como se golpear a governabilidade. A classe operária é muito superior, como força social, em relação aos caminhoneiros. Isso por que controla a produção e a

própria distribuição. Grande parte dos trabalhadores dos transportes é assalariada, portanto, compõe a classe operária. Não compareceu no movimento dos caminhoneiros com suas próprias reivindicações, que são o salário, jornada, condições de trabalho e emprego. Temos a certeza de que, se os operários-caminhoneiros tivessem feito a greve por suas reivindicações, as transportadoras os reprimiriam.

A população apoiou a paralisação e os bloqueios dos caminhoneiros porque se identificou com a reivindicação de rebaixamento do preço do combustível e porque viu o choque com o odiado governo. Agora, os petroleiros precisam mostrar capacidade de luta, mais elevada e completamente voltada aos interesses da maioria oprimida. Não podem dar nenhum sinal de adesão ao oportunismo eleitoral e à falsa campanha de defesa da democracia em abstrato. A bandeira de rebaixamento do preço do gás e gasolina deve estar longe dos interesses eleitorais. Deve estar vinculada à defesa do salário mínimo vital, que permita uma família viver dignamente, do reajuste dos salários de acordo com a alta do custo de vida, de uma jornada reduzida, sem redução dos ganhos, da revogação da reforma trabalhista e da Lei da Terceirização, bem como do controle operário da produção.

Temos de combater firmemente, sob a bandeira de que os capitalistas paguem por sua própria crise. Temos de dizer intransigentemente que a classe operária e o povo não têm de pagar com a miséria e a pobreza a gigantesca dívida pública. Nada de entregar bilhões e bilhões de juros aos capitalistas!

É necessário não apenas denunciar a privatização da Petrobras, mas combater firmemente, sob a bandeira de reestatização, sem indenização dos capitalistas. É com essas reivindicações que os petroleiros podem e devem exigir que as centrais e os sindicatos saiam em sua defesa; que se coloquem pela greve geral; e que lutem bravamente pela vitória da greve e pela derrota do governo antinacional e antipopular.

***Viva a greve dos petroleiros!
Que a centrais e sindicatos convoquem
os explorados à mobilização grevista!
Ampliar a greve dos petroleiros a todos
os assalariados do País!
A vitória dos petroleiros será a vitória
da classe operária e de todos oprimidos!***

Outras mobilizações em Pernambuco

Rodoviários

Em Recife, houve uma paralisação dos rodoviários, à margem da direção pelega do sindicato (Força Sindical). A pauta ainda é o dissídio de 2017, pois, na greve no ano passado, eles reivindicavam aumentos de 6% de salário e 8% no vale alimentação e não demissão dos cobradores. A Justiça determinou muito menos e a empresa recorreu sem nada cumprir. Os motoristas que pararam os ônibus no centro da cidade disseram que também era uma ação em apoio aos caminhoneiros.

Professores e trabalhadores de saúde

Os professores municipais de Recife fizeram uma greve de 14 a 24 de maio, reivindicando o cumprimento da Lei do Piso, com aplicação no Plano e Cargo e Carreiras (Lei Federal-11.738/08), paridade para os aposentados e pensionistas, aber-

tura de novas adesões no Saúde Recife, construção de novas creches e melhorias na estrutura das escolas. O sindicato, dirigido pelo PSTU, promoveu atos. Professores municipais em Olinda e Jaboatão também cruzaram os braços.

Na saúde, tem se armado um movimento que parte das bases, dos trabalhadores mais precarizados dos hospitais, auxiliares de enfermagem, que se queixam de receber menos que o salário mínimo e outras categorias começaram a se articular com plenárias para defenderem suas condições de vida.

São vários os sinais de que há disposição de luta por parte dos trabalhadores. Em geral, as direções estão passivas ou bloqueiam o movimento. E, quanto mais perto de outubro, maior será a ênfase no eleitoralismo.

Não canalizar as lutas para as urnas

O PT fez, em vários pontos do estado, o lançamento da can-

didatura de Lula. No plano local, está dividido. O PT nacional, com a benção de Lula, negocia uma aliança com o PSB. Troca a candidatura própria pelo apoio do PSB à reeleição do governador de Minas Gerais, Fernando Pimentel (PT). Há resistência dentro do partido, aglutinada em torno da candidatura própria de Marília Arraes, neta de Arraes, que saiu do PSB em 2013. O ex-prefeito, João Paulo, saiu do PT e foi para o PCdoB, partido da base de apoio do governador Paulo Câmara, do PSB. O partido de Eduardo Campos, após 12 anos no comando do governo, tentará a reeleição de Câmara. O MDB está com uma disputa judicial em torno do comando da sigla entre o vice-governador Raul Henry e Fernando Bezerra, que quer ir para a oposição.

A direita patina em meio a estas indefinições. Já se colocam como possíveis candidatos o industrial Armando Monteiro, do PTB, e o Ministro da Educação de Temer, Mendonça Filho, do DEM. O PSDB apoiará este bloco ainda indefinido. Todos se agrupam em um pretenso movimento intitulado “Pernambuco quer mudar”.

O PSOL procura atrair a pequena burguesia com o movimento contra as opressões. Lançou uma “chapa feminista”, exclusivamente feminina, com a vice do PCB, duas candidatas ao senado do PSOL e uma candidata a deputada federal trans, do PCB. A candidata a governadora dá a linha mostrando que é possível governar de forma diferente e confunde as eleições com a tomada do poder, reforçando as ilusões democráticas. Cabe a Amanda Palha, a trans comunista, fazer demagogia em torno de uma genérica revolução.

Os explorados serão convocados a se dirigem às urnas e a porem de lado seu método de ação direta. No entanto, o desemprego, o subemprego, a precarização geral do trabalho, as perdas salariais e a pobreza crescente se chocam com o embuste eleitoreiro da burguesia e das esquerdas adaptadas à democracia burguesa. É fundamental compreender essa situação para combater no terreno próprio dos explorados e por sua independência política e organizativa. Está colocada a campanha pela construção do partido operário revolucionário.

Mercedes-Benz

Burocracia do sindicato aceitou o acordo de demissão

Depois de 8 dias de greve, a burocracia do sindicato impôs aos operários da Mercedes Benz, em São Bernardo do Campo, o acordo ditado pela montadora, que prevê reposição do INPC ao salário, aumento real de 1,5%, abono de R\$ 2,5 mil, pagamento do PLR em duas parcelas, a renovação das cláusulas sociais (estabilidade para acidentados no trabalho) e a abertura do PDV para os mensalistas.

Assembleia que preparou o fim da greve

Dia 22 de maio, a empresa entrou com pedido de dissídio coletivo na Justiça. Em assembleia, o secretário geral dos metalúrgicos do ABC, Aroaldo Oliveira, lamentou a postura da empresa. Falou que isso significava um grande retrocesso na boa relação de diálogo e acordos que o sindicato tem mantido com a empresa. Falou que os trabalhadores, nos anos de crise, sempre dividiram o ônus com a empresa, e agora que a situação era favorável, que não existia nenhuma crise, a Mercedes deveria reconhecer o sacrifício que têm feito os trabalhadores. Ainda mais, disse que o sindicato é o grande responsável pelos novos produtos que estão sendo fabricados, porque, se fosse pela atual diretoria da empresa, não haveria novos investimentos. O burocrata foi mais longe. Ao se referir aos “novos investimentos” para a planta e olhando as expressões de descontentamento dos operários, disse: *“a empresa é o general e os trabalhadores são sua tropa”*. E concluiu: *“O general não está sabendo orientar sua tropa, por isso ela está insatisfeita”*. Como se vê, o dirigente sindical mais parecia um diretor da fábrica falando e não alguém que foi eleito para defender os interesses dos operários.

Os metalúrgicos da Mercedes sabem que, a cada novo investimento trazido para a planta, junto vêm os acordos de demissões, redução de jornada com redução de salários, a terceirização, o PDV, etc. Esse é o sacrifício, o ônus que Aroaldo fala que os trabalhadores têm aceitado e que a empresa não reconhece. Na verdade, a burocracia sindical mete esses acordos goela abaixo dos operários. Realiza assembleias, onde só fala a burocracia, para aprovar acordos antioperários.

Como podemos ver, a direção sindical, com sua política de conciliação, passou a negar totalmente o antagonismo de classe. Abandonou a luta independente do proletariado por suas reivindicações e métodos próprios para enfrentar o ataque da patronal. Chegou ao ponto de dizer que os trabalhadores são a tropa da patronal. Não! A burocracia, sim, é a tropa de choque, os agentes da patronal no seio da classe operária.

Abertura de PDV para os mensalistas.

Aqui está o principal ponto do acordo: a eliminação de postos de trabalho, nesse caso dos mensalistas. O PDV (“Pedido de Demissão Voluntária”) não tem nada de voluntário. Feito o acordo, os mensalistas serão pressionados pela gerência e chefias a pedir demissão. Em alguns acordos feitos pela direção dos metalúrgicos do ABC, como o da Volks em 2001, chegaram a colocar uma cláusula que permitia a empresa indicar os trabalhadores a serem demitidos, caso não fosse atingido o número de demissões pretendidas até uma determinada data.

Nossa tarefa

O maior problema dos metalúrgicos do ABC, como dos demais trabalhadores do país, é a ausência de uma direção revolucionária. Os metalúrgicos estão em plena campanha salarial. Basta dar uma olhada na Tribuna Metalúrgica (jornal diário do sindicato, distribuído nas fábricas) para ver a nefasta política da direção, que têm dividido a campanha salarial dos metalúrgicos por fábricas e grupos. Fecha acordos individuais com as montadoras e deixa os grupos de autopeças, fundição e fábricas menores à deriva.

A patronal e a ditadura civil de Temer estão unidas para demitir e retirar direitos. A classe operária deve estar unida para defender os empregos, os salários e os direitos. Deve combater a política traidora das direções sindicais, que fragmenta o movimento e aceita acordos de demissão e de eliminação de direitos. E deve estar unida na tarefa de constituir uma direção combativa e classista, apoiada no programa de luta do proletariado.

Pernambuco / Protesto contra a sessão de homenagem a Israel na Assembleia Legislativa

Uma semana após Israel promover um genocídio na fronteira com Gaza, onde uma centena de palestinos foi executada, a deputada Priscila Krause (DEM) promoveu uma sessão em homenagem aos 70 anos da criação do Estado sionista. Em oposição, a Aliança Palestina-Recife convocou um ato “pelo fim do genocídio do povo palestino”, em frente à ALEPE.

Estiveram presentes, além da Aliança Palestina, o PSTU, PSOL e UJC (PCB). A militância do POR participou, expressando sua política através de falas no carro de som e por meio de um Manifesto. Integrantes da Aliança Palestina expuseram a possibilidade de haver um Estado Palestino juntamente com o Estado Israelense, com intermediações da ONU. Isso quando clamam justamente pelo fim do genocídio, promovido pelos sionistas, denunciam o desrespeito a qualquer tratado e rechaçam a invasão do território palestino, que hoje é menor que 3% do que fora há 70 anos atrás.

Natal / O aumento da tarifa de ônibus é parte do aumento do custo de vida

No dia 20 de maio, a tarifa de ônibus de Natal aumentou de R\$ 3,35 para R\$ 3,65, ou seja, um reajuste de 9%. Mesmo com o aumento abusivo, o sindicato patronal (SETURN) declarou que “a tarifa já nasce desatualizada” e que deveria ser de 4 reais para poder “viabilizar” o serviço. Vale lembrar que, em 2017, a tarifa foi reajustada de 2,90 para 3,35 (aumento de 15%). E o serviço só piorou.

Diante do aumento, as direções das entidades estudantis (UMES, DCE, UBES), ao invés de organizarem o movimento pelo método da ação direta, chamaram atos de caráter eleitoreiro em frente à prefeitura (para desgastar o atual prefeito Álvaro Dias -MDB), e de pressão parlamentar na Câmara de Vereadores, para que fosse aprovado um veto ao aumento. A experiência tem mostrado que os atos de

O POR denunciou, com o pronunciamento de dois militantes, a ONU com suas condenações formais aos massacres, enquanto acoberta os crimes do Estado sionista e não garante o direito democrático à autodeterminação dos povos, no caso, do povo palestino. Expôs que Israel nada mais é que uma extensão do imperialismo americano, no Oriente Médio, e que a escalada de destruição entre os vários povos daquela região, como o líbio, sírio, egípcio, iemenita e o próprio povo palestino, tem bases econômicas - o interesse em recursos naturais daquela região - como também expressa o domínio geopolítico estratégico. Defendeu, na contramão de todas as falas, o direito do povo palestino se armar e resistir frente ao imperialismo. Encerrou mostrando que a luta pela libertação do povo palestino e demais povos oprimidos é internacionalista. A resposta prática, em nosso País, está em construir a frente anti-imperialista.

pressão parlamentar têm levado à derrota do movimento.

O aumento da passagem deve ser encarado como parte do aumento dos preços dos serviços essenciais e dos bens de primeira necessidade. É preciso nesse momento organizar um movimento contra o aumento geral do custo de vida (passagem, gasolina, gás de cozinha, etc.), e levantando as reivindicações de defesa das condições de vida das massas, como o passe livre para estudantes e desempregados, um salário mínimo vital que dê para comprar todos os bens e serviços que uma família necessita, e a escala móvel de reajustes (o reajuste automático e imediato dos salários conforme a inflação). É necessário levantar a defesa da estatização sem indenização do transporte público, e colocá-lo sob o controle operário.

Rio Grande do Norte - Realizado o XXIII CONFASUBRA / Soldar nossa luta com a dos demais explorados em defesa das condições de vida!

Entre os dias 06 e 11 de maio, ocorreu o XXIII Congresso da Fasubra (CONFASUBRA), que aprovou um plano de lutas e foi eleita uma nova direção, que é preenchida por proporcionalidade. Participaram do pleito cinco chapas, com o seguinte resultado: chapa Sonhar e Lutar (PSOL), com 369 votos (9 coordenadores); chapa Unir (CUT), com 334 votos (8 coordenadores); chapa FASUBRA Combativa, Livre e pela Base (PSTU e outros), com 160 votos (4 coordenadores); chapa CTB, com 157 votos (4 coordenadores); chapa Ressignificar (CUT), com 85 votos (2 coordenadores).

Sendo assim, apesar do PSOL ter obtido isoladamente a maior quantidade de cargos, a direção da FASUBRA estará composta majoritariamente pelo bloco CUT/CTB, diferentemente dessa última gestão, que majoritariamente era PSOL/PSTU. Isso significa uma virada ainda maior da direção da FASUBRA para posições reformistas, de conciliação de classes e de disputas dentro da institucionalidade burguesa (pressão parlamentar, jurídica, etc.). Agora, tende a subordinar a federação às alianças eleitoreiras do PT/PCdoB com as oligarquias regionais, em torno da defesa da “democracia” burguesa e de um governo “democrático e popular”, como também uma maior burocratização do aparato sindical.

No plano de lutas, foi deliberado um “calendário” para a campanha salarial, a começar por paralisações nos dias 23 de maio e 7 de junho, para exigir negociação com o governo. Caso o governo não negocie, cogita-se a possibilidade de uma greve no meio do ano.

A campanha salarial da FASUBRA acontece em meio a uma

conjuntura de ataques às universidades e ao aumento do custo de vida. Nesse ano, o governo federal cortou os investimentos na educação em 30% e tem realizado um sufocante contingenciamento de verbas. As reitorias, adaptando-se aos cortes, implementam medidas de austeridade contra os estudantes e trabalhadores. Na UnB, estudantes, terceirizados e efetivos estão em greve contra o aumento do preço do RU de 1,00 para 6,50 (estudantes) e 13,00 (trabalhadores efetivos e terceirizados), os cortes das bolsas de estudantes estagiários e a demissão de terceirizados. Na UFMT, estudantes estão em greve contra o aumento do preço do RU de 1,00 para 5,00.

A luta, assim, não pode girar em torno apenas do reajuste salarial, mas deve se colocar pela unidade com os explorados contra a piora das condições de vida. Para isso, precisamos levantar reivindicações gerais, que possam ser defendidas não só pelos funcionários públicos, mas por todos os explorados, em uma luta unitária.

No âmbito das universidades, devemos nos colocar contra o aumento dos preços dos RUs, as demissões de terceirizados e os cortes de bolsas estudantis, e defender o RU gratuito e universal e o total financiamento da educação pelo Estado. Além disso, ser pelo fim das empresas terceirizadas, com efetivação imediata dos trabalhadores terceirizados no quadro das universidades. Diante da crescente miséria da maioria, é preciso defender o emprego a todos, o salário mínimo vital e o fim das reformas antinacionais e antipopulares do governo Temer.

Universidades Estaduais Paulistas entram em greve

Seguindo a tendência geral de luta no país, as universidades paulistas entram em greve por reajuste salarial, permanência estudantil e contra seu desmonte.

Apesar da falta de boa preparação e organização da parte das direções estudantis, e do receio dos funcionários da USP diante dos sucessivos ataques da reitoria, os funcionários da Unicamp deliberaram greve desde 22 de maio e os professores e estudantes da USP votaram sua greve a partir do dia 29.

As reivindicações são de reajuste salarial de 12,5% (reposição integral dos dois últimos anos de reajuste zero e parcial dos dois anteriores), contratação de professores (pelo menos 500 que deixaram a USP nos últimos quatro anos) e de 3.600 funcionários (que foram demitidos pelos PIDVs no mesmo período), garantia de condições de permanência estudantil, fim da precarização e terceirização.

A Corrente Proletária (POR) tem impulsionado a greve numa frente com independentes e a Associação de Moradores do Crusp (Amorcrusp), enfrentando a omissão e mesmo a contenção do movimento da parte dos demais partidos e correntes na universidade. Foi o que se viu na convocação da assembleia que deflagrou a greve, em que a direção do DCE (PT) limitou-se à publicação de evento nas redes sociais e só foi à porta das unidades após o sindicato docente decidir pela greve, na véspera.

Assembleia geral dos estudantes aprova GREVE a partir de 29/05, apesar e contra a vontade da direção do DCE (PT)

Mesmo não tendo uma boa divulgação, a assembleia geral de estudantes da USP se iniciou no vão da FAU com cerca de 700 presentes. As falas todas se colocaram denunciando o desmonte da USP e o arrocho salarial imposto pela reitoria/governo aos professores e funcionários.

Logo que se iniciaram os encaminhamentos (discussão e votação de resoluções), a mesa (direção do DCE) passou a encaminhar as propostas de moções (geralmente discutidas e votadas ao final das assembleias). Escancaradamente, pretendeu enrolar a assembleia para esvaziá-la até a votação da greve. Diante dos protestos dos estudantes, recuou e passou a encaminhar a votação das propostas relativas à greve.

Surgiram quatro propostas distintas. Mas a mesa, ignorando as propostas de encaminhamento apresentadas, decidiu votar “greve imediata” contra “não greve imediata”. Ao colocar as propostas em votação, a mesa apresentou aquela que concordava como “a do CONJUNTO do movimento”, num claro favorecimento burocrático a ela. Com apoio das correntes políticas do PT/PSOL/PSTU/Resistência, aprovou-se a não greve imediata. Somente o POR, o TL e independentes defenderam a greve já.

A seguir, a mesa ressuscitou as demais propostas apresentadas anteriormente, separando-as em três: greve a partir de 29/05, paralisação de três dias e assembleia para votar greve em 5/6, e paralisação em 29/05 com assembleia 5/6 para votar indicativo de greve (defendida pela direção do DCE). Em meio à contagem dos votos da proposta 1 (greve a partir de 29/05), que já tinha se aproximado dos 200 votos, a mesa interrompeu arbitrariamente a votação e decidiu dividir o plenário de acordo com as propostas apresentadas, violando uma norma básica de qualquer votação de assembleia, que é a de que não pode ser interrompida depois de iniciada. Houve muita revolta no plenário. A proposta 2 foi então retirada e a contagem foi reiniciada (a essa altura, cerca de 200 estudantes já tinham deixado a assembleia). A votação foi apertada,

com 217 a 215 votos em favor da greve a partir de 29/05. Durante o processo de votação, em meio às tentativas de manobras da mesa, o microfone da mesa chegou a ser quebrado e um outro foi providenciado pelo POR para que a assembleia continuasse. Então, a direção do DCE resolveu dar a assembleia por encerrada, desligou os equipamentos de som e se retirou. Mas o plenário não reconheceu essa decisão, uma nova caixa de som foi arranjada (pelo POR) e se decidiu continuar a assembleia para discutir o comando de greve. Uma nova mesa foi eleita e encaminhou dois pontos: falas de protesto contra a atitude burocrática e arbitrária da direção do DCE e encaminhamentos.

Um acordo de convocação de nova assembleia dia 30/05 foi apresentado pelo PSOL/PT e foi aprovado, como meio de retomar a unidade do movimento.

O POR propôs um comando provisório aberto, a se reunir na sexta (25/05), para editar um boletim, preparar krafts e fazer a convocação das atividades de 28/05 a 30/5, e que a assembleia de 30/05 deliberasse sobre o comando efetivo, com delegados eleitos nos cursos. As correntes políticas (PSOL/PSTU/Resistência/MRT/TL) se opuseram ao comando e defenderam que não houvesse nenhum comando até a assembleia de 30/05, e venceram a votação. Assim, não haverá a organização do conjunto do movimento estudantil para organizar e convocar as atividades da semana de 28/05 a 30/05. Ao propor que isso ficasse a cargo do DCE e correntes, anunciaram aquilo que já temos visto há semanas: a total falta de empenho em fazer o trabalho de convocação massiva para as atividades programadas.

As assembleias de curso farão a escolha de delegados e os enviarão para a assembleia geral referendar. Cabe decidir ainda se os cursos que não estão em greve poderão ter delegados no comando de greve ou não.

Uma estudante se responsabilizou de apresentar na próxima assembleia uma proposta de formação de mesa sem a presença da direção do DCE, que provou não ser capaz de cumprir essa tarefa de acordo com a democracia estudantil.

A Amorcrusp, independentes e o POR anunciaram a realização de uma atividade de confecção de krafts na sexta (25/05), na História, para fazer a divulgação das deliberações.

Ato de 29/05 enfrenta boicote das reitorias – Unicamp piqueta Consu

Depois da negociação com o conselho de reitores (Cruesp) ter oferecido 1,5%, os conselhos universitários foram convocados no dia 29/05 para votar o índice. As reitorias manobram com a greve dos caminhoneiros e suspenderam as aulas durante a semana.

Desde 1991, é atribuição do Cruesp fixar o reajuste salarial, mas os reitores deram de ombros a isso.

Na Unicamp, o piquete unificado dos que estudam e trabalham inviabilizou o Consu. Na USP, o C.O. aconteceu sob uma manifestação de protesto. Votou e aprovou o 1,5% com menos da metade do total de votos de conselheiros, já que uma parte não veio e outra se retirou durante a reunião. Como consequência, o Fórum das Seis, que agrega os sindicatos das estaduais paulistas, indicou a continuidade e fortalecimento da greve a partir de 04/06. Os funcionários da USP votam sua greve no dia 5/6, mesmo dia da assembleia estudantil que irá organizar o comando de greve.

Depois de aprovada a greve estudantil na USP a partir de 29/05, cabe às assembleias de curso organizarem a paralisação das

aulas, a eleição do comando de greve e o calendário de atividades em cada unidade.

A greve unificada dos três setores pode se efetivar a partir de 5/6, quando os funcionários vão votar seu indicativo de greve. Será possível a constituição de comandos e assembleias conjuntas nas unidades e a organização do calendário e atividades unificadas.

As unidades com maior mobilização terão a tarefa de ajudar aquelas menos mobilizadas a se unirem ao movimento grevista de defesa da USP pública e gratuita.

A greve terá de derrotar as reitorias/governo, por isso terá de

Greve na Unicamp

No último dia 22, os técnicos administrativos da Unicamp se adiantaram e entraram em greve, diante da proposta de reajuste salarial de míseros 1,5%. O Fórum das Seis deliberou, na semana anterior, que fossem realizadas assembleias nas universidades estaduais paulistas, com indicativo de início das greves em 28 de maio. Os funcionários da Unicamp não perderam tempo e já paralisaram as atividades.

A categoria reivindica reposição das perdas salariais desde 2015, o que totaliza um reajuste de 12,5% na USP e UNICAMP e de 16%, na UNESP. O CRUESP, Conselho dos Reitores das Universidades Estaduais de São Paulo, abandonou as negociações com o Fórum das Seis e decidiu, em reunião no dia 17 de maio, que o reajuste seria de 1,5%. O Reitor da Unicamp, Knobel, ainda tripudiou, dizendo que 1,5% foi muito, “creio que a comunidade vai entender que esse é um índice até acima do que a gente poderia oferecer neste momento”.

A reunião do CONSU (Conselho Universitário da Unicamp), que estava agendada para o dia 29 de maio, foi cancelada devido à convocação de ato pelo sindicato dos funcionários, associação do-

buscar apoio da população assalariada. O meio para se buscar isso será a realização de atos públicos nas ruas e grandes avenidas, pelo menos uma vez por semana.

A Corrente Proletária faz campanha para que a defesa das reivindicações mais sentidas pelos estudantes seja o meio de massificar o movimento estudantil e colocá-lo à frente da mobilização. Explica a necessidade de enfrentar o poder da reitoria e destruir o reitorado e sua burocracia, constituindo um governo tripartite, eleito diretamente, com mandato revogável e subordinado à assembleia geral universitária (dos três setores).

cente e diretório central dos estudantes. Na sequência, a reunião entre o Fórum das Seis e o CRUESP, que seria dia 30, também foi cancelada.

O que os reitores ignoram é que a arrecadação do ICMS, fonte dos recursos das universidades, subiu 8% nos quatro primeiros meses do ano. Além disso, quase 13 bilhões foram retirados da base de cálculo do ICMS para as universidades.

Os funcionários da Unicamp seguem mobilizados, com atividades ao longo da semana. Contam agora com o apoio de parte dos estudantes, com a deliberação de greve em alguns institutos e faculdades. A USP e UNESP já estão com indicativo de greve para o começo de junho. Os reitores estão seguindo as políticas impostas pelos estados que, por sua vez, são impostas pela União: estrangular ao máximo as condições de vida dos explorados. É preciso unir esse movimento das universidades estaduais paulistas com os demais movimentos grevistas no país.

O Partido Operário Revolucionário se coloca pelo retorno das negociações entre CRUESP e Fórum das Seis e pelo reajuste integral solicitado pelos trabalhadores da Unicamp e demais universidades.

Rio Grande do Norte

Estudantes da UFMT em greve contra o aumento do preço do RU

Organizar a luta nacional contra os cortes do MEC e as medidas de austeridade das reitorias!

No mês de abril, a reitoria da UFMT anunciou aumento do preço do RU de R\$ 1,00 para R\$ 5,00. Em resposta, os estudantes começaram a realizar ocupações, atos e tranças nos campi, e a deliberar greves em rechaço à proposta da reitoria. Esse movimento, que se iniciou desde as bases estudantis dos cursos, culminou, no dia 8 de maio, em uma massiva assembleia estudantil, que deliberou greve por tempo indeterminado. A força da greve impôs que o CONSUNI se colocasse pela suspensão das aulas dos cursos de graduação.

A reitoria, então, recuou parcialmente, anunciando a suspensão do aumento até dezembro. Os estudantes, porém, se mantêm firmes na greve, pois entendem que não basta a suspensão temporária do aumento, mas a sua derrubada definitiva e a manutenção do RU a R\$ 1,00. Reivindicam também a constituição de uma co-

missão para discutir a política de preços do RU, formada por um representante de cada setor (estudante, professor e funcionário), pois não confiam nos órgãos da burocracia universitária (CONSUNI e demais colegiados). A força do movimento reside em que está assentado em uma forte mobilização desde os cursos, e na determinação de conquistar as reivindicações.

A greve dos estudantes da UFMT vem a se somar com a greve dos estudantes e trabalhadores efetivos e terceirizados da UnB, que tem como pauta ser contra as medidas anunciadas pela reitoria de aumentar do preço de R\$ 1,00 para R\$ 6,50 (estudantes) e R\$ 13,00 (funcionários), demitir terceirizados e cortar bolsas dos mais de 1.000 estagiários (estudantes que trabalham na UnB com uma bolsa de apenas R\$ 520,00). Na UFSCAR, estudantes estão mobilizados contra o aumento do

RU de R\$ 1,80 para R\$ 4,00, e esbarram no autoritarismo da reitoria, que chegou a acionar a justiça e a política federal para desocupar a reitoria onde estavam os estudantes.

Nesse ano, o governo federal cortou os investimentos na educação em 30% e tem realizado um sufocante contingenciamento de verbas nas universidades. Observa-se uma tendência de as reitorias repassarem o peso desses cortes sobre os estudantes e trabalhadores. A greve dos estudantes da UFMT e dos estudantes e trabalhadores da UnB permanecem isoladas em virtude da política traidora da direção da UNE. Os estudantes precisam romper os obstáculos dessa burocracia estudantil por meio da mobilização, desde suas bases nos cursos, contra os ataques às suas condições de ensino e permanência.

Greve dos professores da rede particular de SP

Neste mês de maio, os professores da rede particular de ensino de SP estão mobilizados em atos, paralisações e assembleias, para tentar barrar a destruição da convenção coletiva, que assegurava direitos da CLT. Este movimento é contra a aplicação da reforma trabalhista, maior ataque que os assalariados já sofreram no Brasil.

Conquista histórica da luta de classes, a CLT era fundamentalmente a garantia dos assalariados na regulação nacional entre capital e trabalho. A burguesia, por sua vez, nunca aceitou que a contratação para exploração da força de trabalho fosse regulada coletivamente pelos proletários. Em sua batalha constante, foi minando o contrato coletivo até chegar ao ponto de acabar com suas bases fundamentais. Agora, o acordado tem prioridade sobre o legislado. Devemos dizer em alto e bom som, a reforma trabalhista é a reconquista do direito da burguesia de explorar ainda mais o proletariado!

Para atingir esta conquista a burguesia percorreu um caminho que precisa ser bem compreendido pelos trabalhadores em geral. Recorreu a um golpe de estado para retirar um partido eleito, mas que já não dava conta de suas demandas, e colocar um governo livre das pressões do voto. Tratou a crise mundial como uma particularidade momentânea do Brasil e que deveria ser sanada com um ajuste fiscal e nas contas públicas. Aprovou a lei do teto dos gastos públicos com saúde e educação por 20 anos, aprovou a lei de terceirização para atividades fim, aprovou a reforma do ensino médio, aprovou a reforma trabalhista e segue empenhado em aprovar a reforma da previdência.

Percebemos então que se trata de um ataque de conjunto e que deve ser respondido de conjunto pelos explorados.

O ensino privado é um produto do capitalismo. Defendemos a escola pública, gratuita científica, vinculada à produção social, sob o controle dos que estudam e trabalham. Essa escola tem o papel fundamental de contribuir para a liquidação do capitalismo e a construção de uma nova sociedade socialista. Desse modo, não defendemos esse tipo ensino, grosso modo, educação para as classes dominantes da sociedade. Ainda assim, não podemos deixar de defender os trabalhadores, que estão sendo atacados nessas instituições. Os professores da rede particular, devido à aplicação da reforma trabalhista pelo sindicato patronal (SIEESP), estão com seus direitos à prova.



Os professores da rede particular, devido à aplicação da reforma trabalhista pelo sindicato patronal (SIEESP), estão com seus direitos à prova.

Redução dos salários, redução do recesso, férias fracionadas, garantia de vaga para filhos, complicações para a aposentadoria, perda da semestralidade salarial, são alguns direitos ameaçados pelo Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino do Estado de SP, com base na reforma trabalhista.

No dia 29/05 (terça-feira), professores de cerca de 100 escolas da rede privada de São Paulo voltaram a ocupar as ruas, em luta pela manutenção de seus direitos. A assembleia, no Sindicato dos Professores (Sinpro), se dividiu em duas propostas. A primeira aceitava a proposta da patronal: assinatura da Convenção Coletiva de Trabalho, com reajuste de

3%, participação nos lucros ou resultados de 15%, com validade de um ano (2018). Na proposta dois: a continuidade do movimento a fim de pressionar a patronal a garantir manutenção desses mesmos direitos por pelo menos dois anos. A proposta 1 foi aprovada com certa folga.

No mesmo dia, o presidente do sindicato patronal, Benjamin Ribeiro, em matéria do Estadão, declarou que as escolas deveriam assinar a convenção para evitar conflitos. No dia seguinte, o mesmo sindicato patronal, em nota oficial aos mantenedores, volta atrás e diz que não existe acordo nenhum. O Sinpro, por sua vez, diz ter prova das negociações, e convida representantes de cada escola a articular as ações para os dias 4, 5 e 6 de junho, quando acontecerá uma audiência de conciliação, ato dos professores e assembleia.

O movimento dos professores deve perceber que se trata de um ataque muito maior, um ataque ao conjunto dos assalariados. Dessa forma, é preciso vincular com as necessidades mais sentidas dos explorados no geral. A carestia de vida, o desemprego massivo, as retiradas de direitos conquistados, fazem parte de um plano geral da burguesia para despejar sobre nossas costas os custos da crise capitalista e a manutenção do pagamento da dívida pública. É através do choque entre as reivindicações mais sentidas dos oprimidos com o capitalismo que se amadurecem as condições para verdadeira transformação social, a revolução socialista.

Abaixo a reforma trabalhista!

Contra a retirada de direitos de qualquer trabalhador!

Em defesa da educação pública, gratuita, científica e vinculada à produção social!



Rondônia

Conferência Nacional Popular De Educação (CONAPE) Retomada da política reformista para a educação

A Conape surgiu do descontentamento dos militantes petistas e seus aliados diante das medidas do governo Temer, que eliminaram a política educacional dos governos petistas. O PT havia implementado a Conferência Nacional de Educação (Conae) e organizado o Fórum Nacional de Educação, que congregou as entidades de classe de cunho reformista e estalinista, PT e PCdoB. O resultado foi a aprovação do Plano Nacional de Educação. Tudo isso veio abaixo com o golpe de Estado e a constituição da ditadura civil de Temer, que logo aprovou a reforma do ensino médio e entregou aos empresários da educação e acadêmicos a tarefa de criar a Base Nacional Curricular Comum (BNCC) para a educação básica.

Agora, diante das eleições de outubro que se avizinham, o PT e aliados convocaram a Conape, com o intuito de criar Fórum Nacional Popular de Educação. Portanto, reconstituir a Conae e o Fórum. Para isso, organizaram uma coordenação executiva formada pela CUT, CTB, CNTE, CONTEE, PROIFES, entidades estudantis e outras de natureza acadêmica. Tudo vinculado à política do PT e do PCdoB.

As Conferências preparatórias ao Conape se deram majoritariamente no primeiro semestre de 2017. Usaram o mesmo mecanismo do Conae: conferências municipais, estaduais e nacional. Instituíram os chamados eixos e as conferências se realizaram em torno deles.

Aos participantes da Conferência Nacional Popular de Educação

Enfrentar com o programa e os métodos da luta de classes o sucateamento e a privatização da educação pública

A ditadura civil de Temer lançou uma ofensiva contra o ensino público, com a imposição da PEC do Teto, a reforma do ensino médio e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC). O corte de recursos por 20 anos aos serviços essenciais é uma navalha que diseca as já parcas verbas destinadas à educação. Ao mesmo tempo, o governo abre os cofres públicos para subsidiar os empresários, que veem esse ramo como mercadoria a ser explorada.

Os governadores e prefeitos seguem o ordenamento aprovado pelo governo e Congresso Nacional golpistas. Não por acaso, de Norte a Sul do País, a educação está frangalhos. E, não por acaso, empresas privadas vêm ganhando espaço no interior das universidades e na educação básica, por meio da terceirização, das Organizações Sociais (OS), dos Contratos de Impacto Social (CIS), do Método de Melhoria de Resultados (MMR) e outros mecanismos privatistas.

O que há, portanto, é uma investida centralizada dos governantes para se desresponsabilizarem do financiamento da educação, saúde, etc. Essa investida é parte do compromisso de Temer com o capital financeiro, materializado pela via do “ajuste fiscal”. Trata-se de assegurar o pagamento da gigantesca dívida pública. Está aí por que chamamos de reformas antinacionais e antipopulares. São antinacionais porque significam a entrega de serviços públicos a empresas como a Kroton. São antipopulares porque avançam na eliminação de direitos como o da educação básica.

A Conferência Nacional Popular de Educação (Conape), convocada pelos sindicatos, CNTE, CUT, UNE, etc., resulta da rejei-

Entre os dias 24 e 26 de maio, ocorreu a etapa nacional da Conape, em Belo Horizonte. No primeiro dia, houve uma manifestação no centro da cidade. O objetivo foi o de defender a libertação e a candidatura de Lula para presidente. No centro do palanque, estavam Dilma, Fátima Bezerra, ambas pré-candidatas aos governos do estado de Minas e Rio Grande do Norte. A Corrente Proletária da Educação/POR interveio com distribuição do Manifesto contra a privatização da educação pública, a reforma do ensino médio e a BNCC e defendendo a greve nacional da educação para pôr abaixo as medidas de Temer, que destroem o ensino gratuito. No segundo dia, ocorreram os debates sobre os tais eixos. No último dia, na plenária, trouxeram o secretário de educação de Belo Horizonte. Foi duramente hostilizado. As vaias eram seguidas de gritos “Pague o Piso... Pague o Piso...” Por fim, os organizadores apresentaram uma carta de consenso, para ser formalmente aprovada. Sob o título: “CONAPE/2018 ‘LULA LIVRE’: A EDUCAÇÃO COMO ESPAÇO DE RESISTÊNCIA. MANIFESTO: Carta de Belo Horizonte”.

Como se vê, a Conape foi uma tribuna para avivar as posições reformistas-petistas em relação à educação e propagandar suas candidaturas para as eleições de outubro.

Reproduzimos abaixo o Manifesto do POR

ção à portaria 577/17 e do Decreto de 27 de abril, que submetem o Fórum Nacional da Educação (FNE), criado pela Lei 13.005/14, no governo Dilma Rousseff, ao Ministério da Educação. Isso levou as entidades que compõem o FNE à organização da Conape, visando à defesa do Plano Nacional de Educação (PNE), aprovado pelo governo petista, e à criação do Fórum Nacional Popular de Educação (FNPE).

A Conape, como se vê, tem como objetivo a reconstituição da política educacional dos governos petistas. Nesse sentido, traz em seus documentos de convocação um balanço do processo “democrático de participação da sociedade civil na realização da 2ª Conferência Nacional de Educação (Conae/2014)”, que culminou com o PNE. Esse processo, segundo seus organizadores, fruto de um “pacto social entre o governo e a sociedade civil” foi interrompido pelo governo “ilegítimo” de Temer (na verdade um governo de ditadura civil). No seu lugar, Temer impôs a Emenda Constitucional 95 (que impede a aplicação gradativa de 10% do PIB à educação), a reforma do ensino médio (que avança a privatização), a Lei da Terceirização (que expande o trabalho terceirizado nas escolas), o congelamento salarial para os trabalhadores da educação, o ensino religioso e a Escola sem Partido. E cabe, assim, segundo seus organizadores, à Conape restabelecer os objetivos do PNE e Conae.

Na realidade, após o golpe de Estado, Temer – para cumprir as diretrizes do capital financeiro e dos organismos imperialistas, que ditam a política educacional para os países semicoloniais – colocou o MEC a serviço dessa diretriz. O que se tornou incom-

patível com a ideia reformista de criar um “Sistema Nacional de Educação” e de regulamentar o ensino privado ao lado do ensino público. Isso caiu por terra com a destituição de Dilma Rousseff. Juntamente com tal concepção, veio abaixo a “educação libertadora”, “inclusiva”, “gestão democrática” e “valorização dos profissionais da educação”, base da política do governo petista. Com o discurso reformista, os proponentes dizem que a Conape representa a retomada da “democracia” e do compromisso com a “educação verdadeiramente transformadora”.

Com esse objetivo, as direções sindicais e acadêmicos, vinculados a essa visão de educação e de política de Estado, farão uma avaliação das metas do PNE e das medidas implantadas por Temer. Dizem que a Conape se constituirá em um polo de defesa das conquistas alcançadas durante os governos do PT, entre elas o PNE. Tudo leva a crer que serão longos dias de palestras, precedidas de uma manifestação, com os participantes, em “defesa da democracia”, do PNE de 2014 e denúncias às medidas autoritárias de Temer à educação. Isso no momento em que os professores de vários estados e municípios estão ou estiveram em greve contra o arrocho salarial, o sucateamento da escola pública, a implantação da reforma do ensino médio e a aprovação da reforma da previdência. No momento em que as assembleias de professores vêm clamando a unidade nacional, como a ocorrida no dia 18 de maio em São Paulo, para enfrentar as reformas do governo golpista.

O certo é que temos visto a falta de esforço por parte das direções sindicais e estudantis no sentido de unificar as lutas e as greves. As greves permaneceram e permanecem isoladas e foram suspensas, na sua maioria, sem conquistar as reivindicações. A avaliação que deve ser feita na Conape é exatamente o desmonte da luta nacional contra as reformas da previdência e trabalhista, que se iniciou em março do ano passado e culminou com a greve geral de 28 de abril. O desvio da luta direta para o campo da democracia burguesa, das eleições de outubro, foi o responsável pela retração do movimento operário e popular. O governo Temer, assim, ficou com as mãos livres, apesar de toda carga de denúncia que recaiu e recai sobre ele, para impor a reforma trabalhista e implantar a reforma do ensino médio e a BNCC, etc.

O PNE e suas metas milagrosas não modificariam o curso da decomposição da educação. Isso por que não se colocam contra a existência do ensino privado. Ao contrário, utopicamente, pretendiam regulamentá-lo, ajustando ao ensino público. Propõem um Sistema Nacional de Educação, onde conviveriam entrelaçados o público e o privado. Defendem uma escola laica, sem erradicar o obscurantismo religioso, que é incompatível com o ensino científico. Colocam-se pela inclusão de crianças e jovens na educação, sem defender o emprego e o salário mínimo vital para milhões que vivem na miséria.

O fracasso das metas do PNE, voltadas a reduzir o analfabetismo, a evasão escolar e o estudo em idade e série corretos, diz respeito não apenas à precariedade das condições gerais da educação pública, mas, principalmente, ao desemprego, ao subemprego, à pobreza e miséria que atingem as famílias operárias e camponesas. Basta ver os dados mais recentes que indicam que 27,7 milhões enfrentam a tragédia do desemprego e subemprego. Basta ver que os jovens que não estudam, nem trabalham são mais de 11

milhões. O fator determinante do desastre educacional, como se constata, é um reflexo da brutal exploração capitalista do trabalho e da decomposição do sistema econômico, que não tem como desenvolver em grande escala as forças produtivas. A recessão pela qual passou o País, a impossibilidade de dar um salto à frente na recuperação econômica e a tendência de inutilizar ou subutilizar a força de trabalho resultam em mutilação de um vasto contingente da juventude.

Não por acaso, as metas mais ambiciosas do PNE não propunham a erradicação de todos esses males. Apenas previam uma redução gradativa, que, em princípio, admitiam a continuidade da degradação de uma camada da juventude oprimida. A tese reformista de que a solução estaria na melhor distribuição de renda e, portanto, redução da concentração de riqueza, desconhece as leis de funcionamento econômico e social do capitalismo. Eis por que o fundamento de um PNE distributivo estava fadado ao fracasso. A recessão tão somente o antecipou.

A tese reformista de que a solução estaria na melhor distribuição de renda e, portanto, redução da concentração de riqueza, desconhece as leis de funcionamento econômico e social do capitalismo. Eis por que o fundamento de um PNE distributivo estava fadado ao fracasso. A recessão tão somente o antecipou.

A tentativa de recuperar o PNE de 2014, elegendo um novo governo do PT ou de aliança dita popular, não irá além das disputas eleitorais. A retomada da antiga tese reformista da “educação popular” vem para arregimentar uma parcela de trabalhadores da educação e estudantes em torno da constituição de um novo governo, após o golpe de Estado. O que existe de “popular” no capitalismo é a qualificação escolar limitada às necessidades da burguesia explorar a força de trabalho. Isso explica por que ainda se conservam milhões de analfabetos e semianalfabetos. Não serão com ilusões em torno da “educação popular”, da “educação transformadora” e da “democracia” (igualdade de oportunidades, etc.) que combateremos as chagas históricas do capitalismo.

As conferências, congressos e reuniões sobre a educação dariam um passo à frente se reconhecessem que, nos marcos do capitalismo, não há solução para a decomposição social que atinge a maioria oprimida e, em especial, a juventude.

Dariam um passo à frente, se reconhecessem que nenhum governo burguês pode desconcentrar a riqueza em favor dos explorados, por mais reformista que seja.

Dariam um passo à frente, se aprovassem um programa de defesa das crianças e jovens, como parte da luta operária contra a exploração capitalista do trabalho.

Dariam um passo à frente, se se colocassem por um sistema único, público, gratuito, laico e vinculado à produção social; pelo fim do sistema privado de ensino, empresarial e religioso; pela defesa de que nenhum jovem esteja fora da produção e da escola.

Dariam um passo à frente, se fossem um instrumento para organizar a luta nacional contra as reformas antinacionais e antipopulares da ditadura civil de Temer.

No caso de dar esse passo à frente, a vanguarda com consciência de classe e socialista ajudaria os professores e a juventude a compreenderem e a lutarem pelo programa da revolução proletária.

O que esperar das eleições?

Agosto é a data limite para os partidos confirmarem as candidaturas. Há uma infinidade de pré-candidaturas lançadas. Algumas já comparecem como definitivas. Outras são usadas como moeda de negociatas. De forma que somente em agosto o quadro será concluído. Agora, somente uma candidatura se destaca: a de Jair Bolsonaro. Isso por que Lula está preso. Bolsonaro e Lula lideram as pesquisas eleitorais. O ex-presidente lidera a intenção de votos e está muito à frente de Bolsonaro.

O principal candidato da burguesia, Geraldo Alckmin, do PSDB, se encontra no rés-do-chão. O que dificulta constituir uma aliança com o MDB e DEM. A aspiração do grande capital é a de ter Alckmin como presidente e Meirelles de vice. Essas duas forças que lideraram o golpe de Estado, unidas, e com possibilidades de vencer as eleições, imporiam ao DEM a aliança, que vem sendo denominada de centro. O pré-candidato do

descontentamento do que concórdia no MDB.

O PT se encontra numa situação complicada. Há uma divisão entre uma fração que considera a prisão de Lula irreversível e a que defende manter a candidatura do caudilho até agosto. Tudo indica, porém, que se trata de uma divergência tática. Os defensores da candidatura de Lula até o último suspiro entendem que cabe à justiça eleitoral dar a palavra final. Os que querem lançar imediatamente uma pré-candidatura têm em mira a possibilidade de negociar uma aliança com Ciro Gomes, PDT. A retirada da candidatura de Joaquim Barbosa alentou tanto o PDT quanto o PT quanto a atrair o PSB para uma frente ampla, dita opositora. No próprio PSB, abriu-se uma crise. Sem pré-candidatura própria e sem um nome que substitua o ex-ministro do STF, levou a fração nordestina a colocar-se em favor de uma aliança eleitoral à esquerda. A fração paulista está mais próxima da candidatura de Alckmin. A desordem da política burguesa deve se manter pelo menos até às portas dos registros eleitorais.

O PT se encontra numa situação complicada. Há uma divisão entre uma fração que considera a prisão de Lula irreversível e a que defende manter a candidatura do caudilho até agosto. Tudo indica, porém, que se trata de uma divergência tática.

DEM, Rodrigo Maia, também se encontra no pé da ladeira. As dificuldades desses três partidos históricos têm provocado um quase desespero entre as camarilhas da alta burguesia nacional. Não se fala de outra coisa senão da existência de uma crise de confiança da população nos políticos e nas eleições. A derrocada de homens como Aécio Neves e José Serra, recolhidos em seus aposentos devido a processos de corrupção, desfalcou os quadros mais conhecidos do PSDB. A crise desse partido em Minas Gerais, agravada com a prisão do ex-governador, Eduardo Azevedo, certamente, atinge a candidatura de Alckmin, desconhecido e rejeitado nos estados do Nordeste e Norte.

A oficialização da pré-candidatura de Meirelles, anunciada por Temer, indica a tentativa de aliança entre MDB e PSDB, pelo menos por enquanto. A decisão da ala Temer criou mais

Há que considerar ainda a adesão do dirigente do MTST, Guilherme Boulos, ao PSOL, o que possibilitou sua candidatura. Está posta à esquerda do espectro eleitoral. O PCB, desta vez, não lançou candidatura própria e aderiu à candidatura do PSOL. O PSTU, ainda mais à esquerda, sairá sozinho com a candidatura da operária sapateira, Vera Lúcia. O PCO renunciou a candidatura própria em defesa da candidatura de Lula. De certa forma, a desordem da política burguesa se refletiu no campo da política pequeno-burguesa. Isso por que esse fenômeno político se manifesta como parte do golpe de Estado, que derrubou o governo de Dilma Rousseff, sem que a crise econômica e a política fossem superadas. O PSTU apenas esboçou a sua conhecida política de frente esquerda. Recolheu-a, já que seus ex-aliados, PSOL e PCB, não estavam por nenhuma aproximação.

A posição em torno do golpe de Estado e prisão de Lula dividiu as esquerdas. Um exemplo extremo, embora sem transcendência, é o chamado de PCO para que todos renunciem a suas candidaturas próprias para defender a candidatura de Lula. Para o PSOL, o golpe e a prisão de Lula permitiram que Boulos aceitasse a oferta da legenda. O PCB não se rogou, por sua vez, da oferta de aliança eleitoral em torno de Boulos. O PSTU, que negou a existência do golpe e defendeu a prisão de Lula ("prisão a todos"), passou a considerar que as eleições são o terreno da burguesia e o voto do povo só serve para legitimar a fraude eleitoral. Apresenta-se radicalizado como se tivesse abandonado sua política democratizante, que o levou, no passado, a apoiar Lula e outras candidaturas petistas, bem como a constituir uma frente com o PSOL e PCB em torno da candidatura da clerical Heloisa Helena.

Observa-se que, enquanto o quadro eleitoral, armado pelos partidos orgânicos da burguesia, está semidefinido, o quadro das esquerdas está definido. É nestas condições que a vanguarda revolucionária, que luta para pôr em pé o partido marxista-leninista-trotskista, terá de intervir na contracorrente do eleitoralismo, que logo mais ganhará corpo.

R\$5



A mulher na luta revolucionária pelo socialismo

Vladimir Ilich Lênin

Adquira com o distribuidor de Massas:



POR Partido Operário Revolucionário

MASSAS

Nesta edição:

- **Argentina:** Parar o país para derrotá-los!
- **Venezuela:** Realizadas as eleições presidenciais.
- **História do Partido Bolchevique:** capítulo IV - 1917, a revolução proletária – terceira parte.
- **Lênin:** Apontamentos sobre a História do Partido Bolchevique.

Artigos das Seções

Comitê de Enlace

pela Reconstrução

da IV Internacional



Argentina

Os mesmos que ordenaram e organizaram a última ditadura são os que chamam a dar respaldo aos tarifaços

Parar o país para derrotá-los!

Os empresários, reunidos no Fórum de Convergência Empresarial – Associação Empresarial Argentina (AEA) –, União Industrial Argentina (UIA), Associação de Bancos da Argentina (ABA), Câmara de Comércio dos Estados Unidos na Argentina (Amcham), Sociedade Rural Argentina, Bolsa de Comércio e Bolsa de Cereais, dentre outros, emitiram um comunicado chamando a apoiar os tarifaços, a “*não confrontar o governo, aceitar as decisões já tomadas e aprovadas em audiências públicas*”. Também dizem que o “*Congresso não tem de se meter com a política de tarifas, que não se use recursos demagógicos que façam retroceder o caminho iniciado*”.

O governo respondeu claramente a todos esses setores, que representam menos de 1% da população, e disse que não retrocederá com os tarifaços e que, se sair uma Lei do Congresso pondo algum limite, será vetada. Não se trata apenas de eliminar subsídios para que se tenha dinheiro para pagar a dívida externa, mas sim de gerar lucros extraordinários para as empresas do setor.

A revolta popular é incontrolável e as contas não podem ser pagas. É uma situação que se repetirá todo o tempo, agravada pelo inverno que se aproxima. Que fará o Congresso diante de tamanha pressão patronal? Que fará se o Congresso aprovar uma lei e o governo vetá-la? Nada! Não fará nada além de discursos e queixas. A oposição aproveitará para fazer campanha eleitoral.

O único caminho para derrotar o tarifaço e todas as medidas antipopulares e antioperárias é a greve e a mobilização generalizada da população. Não há outros métodos de luta. Não se deve alimentar nenhuma ilusão na Justiça ou no Congresso, nem nas eleições de 2019.

Wall Street em estado de alerta pela crise argentina

Em fins de dezembro, o governo tomou algumas medidas para se recuperar, depois de uma grande resistência popular contra a reforma orçamentária: acabou com a “independência do Banco Central”, ordenando-lhe ajustar a pauta inflacionária em 15%, baixar as taxas de juros em 26% e continuar reduzindo-as gradualmente, e conter a elevação do dólar, para conter os preços. Queriam mostrar que a inflação podia baixar e que a economia podia ser reativada. Esse esquema fracassou. O preço do dólar disparou, foram perdidos quase 8 bilhões de dólares de reservas e, para de-

ter a fuga, subiu-se a taxa ao recorde astronômico de 40%, 50% a mais que há 4 meses. Nunca houve uma liquidação tão massiva de reservas em tão pouco tempo.

Trata-se do desastre de ter impulsionado a especulação financeira, sem nenhum tipo de restrição, de ter permitido que os exportadores liquidassem quando quisessem suas vendas ao exterior, de permitir a fuga sem controle de divisas, etc.

Os primeiros a comprar dólares “baratos” foram os grandes bancos, entre eles o JP Morgan. São os que iniciaram a corrida de 25 de abril, comprando a 20,25 pesos. Assim atua o capital parasitário, especulativo. Eles têm seus homens no primeiro escalão do governo, ou seja, contaram com informação privilegiada da economia, eles são os “amigos”. Dos centros financeiros internacionais, deram o alerta para se retirar da Argentina, prevendo um período de instabilidade. Desde janeiro, não ingressam empréstimos, nem ao Estado nacional, nem às províncias. Não foi o governo que decidiu não contrair mais dívida, mas sim os credores que se negaram a conceder do exterior empréstimos.

As províncias de Córdoba e Buenos Aires tinham previsto emitir dívida externa e tiveram de frear. Empresas que tentaram contrair dívida ou colocar ações também fracassaram.

Para um governo, cuja política foi endividar-se fortemente para cobrir os déficits, não contar com essa via para se financiar, é um drama sem saída. O governo necessita cobrir importações e juros crescentes.

Além disso, em 15 de maio, venceram 680 bilhões de pesos de Lebacks [Letras do Banco Central], que precisam ser renovados, para que não se transformem em dólares, uma vez que podem causar um desastre, porque representam a metade das reservas do Banco Central. Se se renovassem, por prazos cada vez mais curtos, seriam a taxas extraordinárias. As medidas que se adotaram, para tentar conter a corrida, têm efeitos fortemente recessivos. As taxas são proibitivas e reduziram em 30 bilhões de pesos a obra pública, freando desta forma o único setor produtivo dinâmico da economia.

Tal como dizíamos, essa política de entrega terminou afogando o país em maior submissão, em maior debilidade econômica, que recai sobre as costas da maioria.

As medidas imediatas para deter o desastre deveriam ser a na-

cionalização do capital financeiro e do comércio exterior, impedir a fuga de divisas, obrigar todas as empresas e indivíduos a repatriarem imediatamente os fundos para o país. Mas essas medidas somente podem ser aplicadas por um governo soberano, que não responda ao capital financeiro, nem à oligarquia, nem aos grandes capitalistas. Um governo de outra classe, operário, que se apoie na propriedade social dos grandes meios de produção. A burguesia está esgotada, nos leva de desastre em desastre, arruinando a vida da grande maioria. Não há remédio sob o regime capitalista.

Fora o FMI!

A presença do FMI no país para salvar o capital financeiro traz lembranças dramáticas. Cada vez que interveio foi para impor planos econômicos desastrosos para a economia, para promover seu ajuste e saque. E também para facilitar a fuga de divisas. Já conhecemos a história: faz um “empréstimo” de 30 bilhões de dólares ao país, que não vem para resolver nenhum problema, mas sim para “acalmar os mercados”, isto é, para garantir aos grandes empresários que possam continuar expatriando os dólares. Quando se creditam esses bilhões em uma conta, as grandes corporações os comprarão por outra conta e os levarão para fora, como

fizeram na última trama de De La Rúa, e para nós o que restou foram as dívidas.

Essa é a forma de operar desses ladrões internacionais: por um lado, ditam o ajuste para que possam garantir o pagamento de toda a dívida e seus juros, metendo a mão em todos os orçamentos e, por outro lado, têm o caminho livre para a fuga.

O ajuste que estamos vivendo em nossos salários e condições de vida é para encher ainda mais os bolsos dos grandes empresários!

Há que impedir este novo roubo! Fora o FMI! Nenhum empréstimo! Desconhecer toda a dívida!

Fora todos os funcionários responsáveis por facilitar esses atos criminosos contra os interesses do país! Que não se venda um só dólar. Que não se deixem as divisas fugirem. Acabemos com o cassino financeiro desse bando de capitalistas delinquentes.

Há provas de sobra do saque que se fez no passado à sombra do FMI. Nem o Congresso, nem a Justiça, são capazes de deter esses bandidos. Somente a classe operária com seus próprios métodos pode defender a Nação contra a prepotência do capital financeiro.

(Extraído do Jornal Massas, órgão do Partido do Partido Operário Revolucionário da Argentina, maio de 2018)

Venezuela – realizadas as eleições presidenciais

Avança o abstencionismo e as tendências das massas de se separarem do chavismo

Em 27 de maio, realizaram-se as eleições presidenciais. Com 6,2 milhões votos (68%), Nicolás Maduro foi reeleito presidente. Henri Falcón, candidato de Avançada Progressista (AP), obteve 1,9 milhões (21%). O sacerdote evangélico Javier Bertucci, 996 mil votos (10%). O Movimento Somos Venezuela (MSV), um ala chavista, 375 mil votos (4,5%). Partido Comunista da Venezuela (PCV) e Pátria Para Todos (PPT), 171 mil e 91 mil votos respectivamente.

O certo é que a vitória de Maduro não acoberta a progressiva desintegração política do chavismo. Em 2003, conseguiu arrastar 80% do padrão total de votantes à época. Maduro, ao contrário, foi reeleito com apenas 30%. Nas eleições de 2013, recebeu 40%, em termos absolutos 1,3 milhões de votos a menos que nas eleições à Assembleia Nacional Constituinte de 2017. Apesar desse retrocesso, o chavismo mantém a ascendência eleitoral sobre amplos setores das massas. Em grande medida, devido ao rígido controle sobre os subsídios sociais, que soldam seu destino político às massas, que necessitam do assistencialismo para não morrer de fome.

Em última instância, certamente, a vitória do chavismo se deve à decomposição da oposição direita da Mesa de Unidade Democrática (MUD). Apesar de ganhar as eleições legislativas de 2015, a reação não conseguiu desfechar um golpe institucional contra Maduro. De forma que passou trabalhar pela derrubada do governo nacional-reformista e por produzir uma fissura no seio das Forças Armadas. Não conseguiu, porém, arrastar as massas oprimidas por trás do golpismo e se mostrou incapaz de derrotar o chavismo pela via institucional. É nessas condições que a decisão de Falcón de se candidatar afetou a precária unidade oposicionista, alcançada entre 2013 e 2017.

No entanto, quando Falcón e Bertucci anunciaram que não reconheceriam os resultados eleitorais, passaram mais uma vez a engrossar a trincheira direita, agora batizada de Frente Ampla Venezuela Livre (FAVL), que se colocou pelo boicote

eleitoral. Seguiu, assim, a orientação ditada pelas potências imperialistas, que advertiram há meses que desconheciam as eleições. Acompanharam essas manobras desestabilizadoras e golpistas os governos da Argentina, Brasil, Colômbia, Honduras, México, Paraguai e Peru, dentre outros.

O imperialismo e seus subservientes latino-americanos ameaçaram impor sanções mais duras e arrefecer as movimentações internas e externas, que permitam derrocar o chavismo. É nesse contexto que se destaca o elevado abstencionismo. 54% do total do padrão eleitoral não concorreram à votação (a maior abstenção desde 1958). O abstencionismo foi massivo entre os bairros operários e populares, assim como entre a classe média, que serve de base social à oposição reacionária, francamente pró-imperialista. Cresceu também o voto nulo, passando de 67 mil (2014) a 177 mil (2018).

O fundamental desse fenômeno está em que as massas rejeitaram apoiar tanto a direita, quanto a esquerda burguesas, embora lhes faltasse um programa e uma direção que permitisse traduzir essa rejeição em política consciente. Eis por que, embora se negassem a apoiar os impostores nacional-reformistas e rejeitassem a oposição, não conseguiram superar a negação passiva ao eleitoralismo burguês, necessário para intervir na crise com seu próprio programa e métodos de luta. Essa contradição reflete, em última instância, a crise de direção revolucionária.

Está aí por que, uma vez passadas as eleições, se terá na Venezuela uma nova fase da luta de classes, que se entroncará com as tendências de luta das massas exploradas e oprimidas da América Latina. É nessas condições que se colocará, objetivamente, a necessidade de erguer um poderoso movimento internacional de combate à burguesia entreguista e ao imperialismo.

As massas venezuelanas têm por tarefa romper os diques de contenção do nacional-reformismo e combater as tendên-

cias reacionárias da burguesia imperialista e seus subservientes nacionais, avançando à sua organização independente de classe. Essa perspectiva exige impulsionar a construção do partido marxista-leninista-trotskista no país. A vanguarda tem de trabalhar no seio das massas oprimidas, com o programa da revolução proletária. A aplicação da tática de Frente Única

Anti-imperialista é obrigatória. Por essa via, torna-se possível desenvolver a estratégia do governo operário e camponês e o programa dos Estados Unidos Socialistas da América Latina. É nesse combate que a vanguarda proletária avançará na tarefa de superar a crise de direção, reconstruindo o Partido Mundial da Revolução Socialista, a IV Internacional.

História do Partido Bolchevique

Capítulo 4: 1917, a revolução proletária

Terceira parte

A contrarrevolução passa à ofensiva: Abandono da consigna de todo poder aos soviets. Preparação da insurreição armada

Enquanto se reunia o 1º Congresso dos Soviets da Rússia, ocorria nos bairros operários de Petrogrado uma campanha de massa para organizar uma manifestação que levasse ao Congresso suas reivindicações. O Comitê Executivo do Soviete de Petrogrado convocou uma manifestação na capital para o dia 18 de junho. Os bolcheviques se dedicaram, com toda sua energia, à preparação da manifestação, na qual 400 mil manifestantes marcharam sob as bandeiras de “Abaixo a guerra!”, “Abaixo os dez ministros capitalistas!” e “Todo o poder aos soviets!”.

No mesmo dia, o Governo provisório, apoiado pelo 1º Congresso dos Soviets, decidiu prosseguir sua política imperialista, lançando, depois de meses de vacilações, as tropas à ofensiva. A burguesia esperava que a ofensiva fortalecesse a centralização do seu poder. Entretanto, a ofensiva foi um fracasso.

A indignação só aumentava e, a 3 de julho, “estouraram manifestações espontâneas em Petrogrado, no bairro de Viborg. Milhares de manifestantes marcharam rumo ao soviete de Petrogrado e até o Comitê Executivo Central dos Soviets, exigindo que estes tomassem o poder, rompessem com a burguesia imperialista e empreendessem uma ativa política de paz. Apesar do caráter pacífico da manifestação, as tropas da reação, com os destacamentos de cadetes e de oficiais, foram lançadas contra os manifestantes. Nas ruas de Petrogrado, correu abundante sangue de operários e de soldados. Para esmagar os operários, trouxeram-se do front as unidades militares mais retrógradas e contrarrevolucionárias”.

A redação da “Pravda” foi saqueada e destruída. Iniciou-se o desarmamento dos guardas vermelhos. As unidades revolucionárias da guarnição de Petrogrado foram afastadas da capital e enviadas ao front. Em 17 de julho, ordenou-se a prisão de Lênin, acusado, juntamente a tantos outros bolcheviques, de “alta traição”.

A contrarrevolução havia se organizado e iniciado a ofensiva, obrigando os bolcheviques a modificar sua tática, passando à clandestinidade, escondendo Lênin e preparando a derrocada da burguesia por meio da insurreição armada. No artigo “A situação política (4 teses)”, Lênin defendia que “a contrarrevolução tinha se organizado e consolidado e, na prática, tomado o poder estatal em suas mãos ... Começou a atirar contra as unidades revolucionárias no front, a desarmar as tropas e os operários revolucionários de Petrogrado e de Moscou ... A rigor, o poder estatal na Rússia é hoje, essencialmente, uma ditadura militar ... A imprensa monárquica centurionegrista e a imprensa burguesa, que passaram de uma furiosa perseguição aos bolcheviques a uma perseguição contra os soviets ... indicaram com toda clareza que o verdadeiro sentido da política da ditadura militar... consiste em preparar a dissolução dos soviets ... Os dirigentes dos soviets e dos partidos

mencheviques e socialistas-revolucionários ... traíram definitivamente a causa da revolução, pondo-a nas mãos dos contrarrevolucionários ... Ao legalizar o desarmamento dos operários e do regimento revolucionário, retiraram de si mesmos todo poder real ... Todas as esperanças de um desenvolvimento pacífico da revolução russa desvaneceram para sempre”.

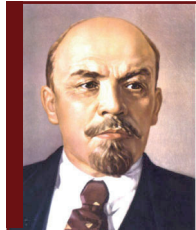
A nova situação tornou necessário abandonar a consigna de “todo poder aos soviets”, que era a consigna “para um desenvolvimento pacífico da revolução, possível em abril, maio, junho e ainda até 5-9 de julho, isto é, antes que o poder passasse efetivamente às mãos da ditadura militar. Agora esta consigna já não é correta, uma vez que não leva em conta que o poder mudou de mãos, nem que os socialistas revolucionários e os mencheviques traíram completamente, na prática, a revolução”.

A tarefa é preparar a insurreição armada, cujo objetivo “só pode ser a passagem do poder ao proletariado, apoiado pelo campesinato pobre, para pôr em prática o programa do nosso partido”. Impõe-se, novamente, a necessidade de passar à clandestinidade: “o partido da classe operária, sem abandonar a atividade legal, mas, sem exagerá-la um único instante, deverá combinar o trabalho legal com o ilegal, como já aconteceu entre 1912 e 1914”.

Em 7 de Julho, o príncipe Lvov, que dirigia o governo provisório desde a revolução de fevereiro, renunciou. Kerenski, um socialista revolucionário, ocupou seu lugar. Kerenski era o vice-presidente do soviete de Petrogrado, e havia se incorporado ao governo provisório de início como ministro da justiça e, depois, como ministro da defesa (guerra e marinha).

Lênin analisou que o novo ministério deu os primeiros passos em direção ao bonapartismo: “temos diante de nós o sintoma histórico fundamental do bonapartismo: um poder estatal apoiado na camarilha militar (nos piores elementos do exército), que manobra entre duas classes, duas forças hostis, mais ou menos equilibradas entre si ... A burguesia se volta furiosamente contra os soviets, mas ainda é impotente para dissolvê-los; em compensação, os soviets, prostituídos pelos senhores Tsereteli, Chernov e cia., são já impotentes para oferecer uma séria resistência à burguesia ... o ‘novo’ governo de Kerenski, Avxéntiev e Cia., não é senão um biombo por detrás do qual se escondem os Kadetes contrarrevolucionários e a camarilha militar, em cujas mãos agora está o poder ... Todos os indícios mostram que o curso dos acontecimentos prossegue num ritmo muito acelerado e que o país se aproxima da etapa seguinte em que a maioria dos trabalhadores terá de confiar seu destino ao proletariado revolucionário. O proletariado revolucionário tomará o poder e iniciará a revolução socialista”.

(Extraído do Jornal Massas, nº 336, órgão do Partido Operário Revolucionário da Argentina)



Apontamentos sobre a História do Partido Bolchevique

Damos continuidade à exposição sobre o IV Congresso de unificação entre mencheviques e bolcheviques, realizado em abril de 1906. Anteriormente, indicamos que Lênin pretendia que ocorresse ainda em 1905, quando se aprofundava a crise da monarquia e as massas a combatiam. Realizado em 1906, a contrarrevolução havia conseguido esmagar a greve geral e a insurreição de Moscou em dezembro. Mostramos, portanto, que a situação havia se tornado mais favorável às posições vacilantes e democratizantes dos mencheviques.

Lênin estima que participaram entre 120 a 140 delegados. Com direito a voz e voto, 110. Os mencheviques detinham 62 delegados e os bolcheviques, 46. Nos dizeres de Lênin: *“O Congresso era menchevique. Os mencheviques contavam com uma sólida e garantida preponderância, que, inclusive, lhes permitia pôr-se de acordo de antemão e pré-estabelecer, assim, as decisões do Congresso”*. Observa-se, por outro lado, que os mencheviques eram heterogêneos, enquanto que os bolcheviques mais coesos. Essa diferença permitiu a Lênin e seus camaradas manterem os delegados mencheviques sob intensa pressão. E, assim, neutralizar a sua capacidade de esmagar os bolcheviques. Veremos que, de fato, o leninismo acabou triunfando no final das contas.

Certamente, a colocação dos bolcheviques na condição de minoria na direção do partido iria determinar o fracasso da unificação. Lênin relata que a direção foi constituída não pelo Congresso, mas por um acordo antecipado entre os mencheviques. Os bolcheviques não tiveram outra saída senão acatar. Lênin critica essa distorção, mas entende que isso ocorria devido a ser um Congresso marcado pela divisão, que vinha desde o segundo Congresso. Conclui que não se tratava de lamentar e sim de reconhecer a inevitabilidade enquanto permanecessem *“as velhas divisões fracionárias”*.

A maior heterogeneidade de discussão e votação se deu em torno do programa agrário. Houve tanto divisão nas fileiras dos mencheviques, quanto nas dos bolcheviques. Entre os bolcheviques havia delegados que discordavam da nacionalização das terras e se colocavam por uma forma de repartição (reforma agrária). Entre os mencheviques, a divergência se dava em torno das diferenças de como seria realizada a municipalização das terras. Lênin via na municipalização o maior perigo. Tratava-se de uma forma de desapropriação da terra com indenização dos latifundiários, sob o controle da municipalidade eleita. Essa via defendida pelos mencheviques se contrapunha ao *“método revolucionário para transformar a organização do campo”*. E acabava por tornar os camponeses arrendatários dos grandes proprietários. Lênin responde: *“Os camponeses revolucionários não aceitarão. Dirão: repartiremos todas as terras entre nós; ou então que todas as terras sejam propriedade de todo o povo”*. Lênin preferiu se unir aos defensores da reforma agrária (repartição de todas as terras) para derrotar a resolução menchevique de municipalização.

A resposta correta à questão fundiária era decisiva para se obter a aliança operária e camponesa. A derrocada da monarquia e o triunfo da revolução democrática, segundo os bolcheviques, dependiam da unidade dessas duas classes oprimidas. Correspondia a estratégia de poder daquele momento de dita-

dura democrática de operários e camponeses, elaborada por Lênin. O embate em torno dessa divergência iniciou a discussão programática do IV Congresso.

O segundo ponto foi o da avaliação da situação revolucionária e das tarefas do proletariado. Travou-se uma luta apaixonada sobre qual seria a estratégia e a tática da socialdemocracia. Lênin faz o seguinte resumo da exposição do menchevique Martinov: *“Falou da Duma como de um centro político; falou da prejudicial ideia da tomada de poder e da importância do desenvolvimento constitucional do País em uma época revolucionária. Criticou a insurreição de dezembro, chamou a reconhecer com franqueza nossa derrota e acusou nossa resolução de defesa ‘técnica’ do problema da greve e da insurreição”*. Lênin assinala a contradição das teses mencheviques. Essas reconheciam que a Rússia estava diante de um ascenso revolucionário, mas concluíam com a negação da luta das massas pelo poder e se colocavam por canalizar a revolta a um parlamento (Duma) montado pela própria monarquia, com o apoio da burguesia liberal. O palavreado revolucionário se desfazia com a defesa menchevique da democratização sob a própria monarquia. Dessa forma, os mencheviques condicionavam a revolução democrática ao desenvolvimento institucional, parlamentar.

Lênin os acusa de se adaptarem servilmente às circunstâncias, o que é típico do oportunismo. E as circunstâncias da situação eram de impulso às ilusões constitucionalistas. Nas palavras de Lênin: *“O problema das ilusões constitucionalistas serve, hoje, justamente para estabelecer, com maior facilidade e exatidão, a diferenciação entre o oportunista e o partidário do desenvolvimento posterior da revolução. O oportunista se abstém de desmascarar essas ilusões; o partidário da revolução denuncia implacavelmente o seu caráter enganoso”*. (...) *“As ilusões constitucionalistas afloram quando parece que há Constituição, mas na realidade não há; em outras palavras: quando os assuntos de Estado não se resolvem do modo como os parlamentos decidem. Quando a verdadeira vida política diverge de seu reflexo na luta parlamentar, então, e somente então, a luta contra as ilusões constitucionalistas se transforma em uma tarefa fundamental da classe revolucionária avançada: o proletariado. Os burgueses liberais, temerosos da luta extra-parlamentar, difundem as ilusões constitucionalistas também nos casos em que os parlamentos são impotentes. Os anarquistas negam a participação nos parlamentos, sejam quais forem as circunstâncias. Os socialdemocratas estão pela utilização da luta parlamentar, pela participação nela, mas desmascaram firmemente o ‘cretinismo parlamentar’, isto é, a fé na luta parlamentar como única forma de luta política ou como sua forma principal em quaisquer condições”*.

A ferrenha discussão sobre a caracterização do momento, a estratégia e a tática acabou criando uma situação insólita no Congresso. Os mencheviques, que tinham a maioria, decidiram retirar sua resolução. Com o argumento de que não pretendiam usar sua maioria para impor aos bolcheviques sua posição, bateram em retirada. Lênin caracterizou a atitude menchevique como expressão máxima de oportunismo prático.

Observação: no próximo Massas daremos continuidade ao balanço do IV Congresso

(As citações são extraídas do Informe sobre o Congresso de Unificação do POSDR (Carta aos Operários de Petersburgo), maio de 1906, Obras Completas, Lênin, vol. X)